Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Escola Superior de Saúde

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO

ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE

RELATÓRIO ANUAL DO CURSO DE MESTRADO EM ENFERMAGEM DE SAÚDE MATERNA E OBSTETRÍCIA

ANO LETIVO 2012/2013

A Comissão de Curso

Augusta Delgado Torre

Luís Carlos Graça

setembro 2014

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 6
1.1. Descrição da escola responsável pela lecionação do ciclo de estudos 6
1.2. Coerência dos objetivos definidos com a missão e a estratégia da instituição. 7
2. CICLO DE ESTUDOS 9
2.1 Caracterização do Ciclo de Estudo 9
2.1.1 Designação do Ciclo de Estudos 9
2.1.2 Publicação do Plano de Estudos em DR 9
2.1.3 Área científica predominante do ciclo de estudos 9
2.1.4 Classificação da área fundamental do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de Março …… 9
2.1.5 Classificação da área secundária do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de Março ……9
2.1.6 Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau 9
2.1.7 Duração do ciclo de estudos (art.º 3 DL-74/2006) 9
2.1.9 Condições de acesso e ingresso 9
2.1.10 Regime de funcionamento 10
2.1.11 Docente Responsável pela Coordenação do Ciclo de Estudos 10
2.1.12 Objetivos definidos para o ciclo de estudos 10
2.1.13 Meios de divulgação dos objetivos aos docentes e aos estudantes envolvidos no ciclo de estudos.... 10
2.2 Estrutura Curricular 11
2.2.1 Estágios e Períodos de Formação em Serviço 11
2.2.1.1 Indicação dos locais de estágio e/ou formação em serviço 11
3. ORGANIZAÇÃO INTERNA E MECANISMOS DA QUALIDADE 13
3.1 Estrutura organizacional responsável pelo ciclo de estudo 13
3.2 Participação ativa de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão 13
3.3 Estruturas e Mecanismos de garantia da qualidade para o ciclo de estudos 14
3.4 Procedimentos para a recolha de informação, acompanhamento e avaliação periódica do CE 14
3.5 Avaliação do desempenho dos docentes e medidas para a sua permanente atualização 15
3.6 Discussão e utilização dos resultados das avaliações do ciclo de estudos na definição de ações de melhoria…. 16
3.7 Outras vias de avaliação/acreditação: 17
4. RECURSOS MATERIAIS 18
4.1 Recursos Materiais – Áreas disponíveis 18

4.2 Recursos Materiais – Equipamentos ... 18
4.3 Recursos financeiros ... 19
5. PARCERIAS ... 20
5.1 Parcerias internacionais e nacionais no ciclo de estudos ... 20
5.2 Promoção da cooperação interinstitucional ... 20
5.3 Relacionamento do ciclo de estudos com as entidades externas ... 21
6. PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE ... 22
6.1 Pessoal Docente ... 22
6.1.1 Distribuição de Serviço Docente ... 22
6.1.2 Número de docentes do ciclo de estudos em tempo integral: ... 23
6.1.3 Percentagem dos docentes do ciclo de estudos a tempo integral: ... 23
6.1.5 Percentagem dos docentes do ciclo de estudos a tempo integral, com ligação à instituição por um período superior a 3 anos: ... 23
6.1.6 Número de docentes em tempo integral com grau de doutor: ... 23
6.1.7 Percentagem de docentes em tempo integral com grau de doutor: ... 23
6.1.8 Número de docentes em tempo integral com título de especialista: ... 23
6.1.9 Percentagem de docentes em tempo integral com título de especialista: ... 23
6.1. 10 Número (ETI) de docentes do ciclo de estudos inscritos em programas de doutoramento há mais de um ano:…… ... 23
6.1.11 Percentagem dos docentes dom ciclo de estudos inscritos em programas de doutoramento há mais de um ano:…… ... 23
6.1.12 Número (ETI) de docentes do ciclo de estudos não doutorados com grau de mestre (pré- Bolonha):. 23
6.2 Pessoal Não Docente de apoio ao ciclo de estudos ... 24
6.2.1 Número e qualificação do pessoal não docente de apoio à lecionação do ciclo de estudos ... 24
6.2.2 Avaliação de desempenho do pessoal não docente ... 25
7. ESTUDANTES ... 26
7.1 Caracterização dos Estudantes ... 26
7.1.2 Procura do ciclo de estudos ... 27
7.2 Ambiente de Ensino/Aprendizagem ... 27
7.2.1 Estruturas e medidas de apoio pedagógico e de aconselhamento sobre o percurso académico dos estudantes … ... 28
7.2.2 Medidas para promover a integração dos estudantes na comunidade académica ... 28
7.2.3 Estruturas e medidas de aconselhamento sobre as possibilidades de financiamento e emprego ... 29
7.2.4 Utilização dos resultados de inquéritos de satisfação dos estudantes na melhoria do processo ensino/aprendizagem ... 29
7.2.5 Estruturas e medidas para promover a mobilidade, incluindo o reconhecimento mútuo de créditos ... 30

7.2.6 Adequação do conteúdo das informações divulgadas ao exterior sobre a instituição, o ciclo de estudos e o ensino ministrado 30
8. PROCESSOS (Formação) 32
8.1 Objetivos de aprendizagem 32
8.2 Verificação de que a carga média de trabalho necessário aos estudantes corresponde ao estimado em ECTS… 32
8.3 Periocidade da Revisão curricular 33
9. RESULTADOS ACADÉMICOS 34
9.1 Sucesso Escolar 34
9.2 Empregabilidade 34
9.3 Internacionalização 35
10. ANÁLISE SWOT DO CICLO DE ESTUDOS 36
11. PROPOSTA DE AÇÕES DE MELHORIA PARA O CE 40
12. ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES DE MELHORIA APRESENTADAS NO RELATÓRIO CURSO 2011/2012 ... 42
Anexos……43
Anexo I – Princípios Orientadores dos Estágios ……..44
Anexo II - Modelos, Modos e Modalidades de Formação ……48

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Mapa de distribuição de estudantes no estágio de Estágio de Saúde Materna e Obstetrícia II e no Estágio de Natureza Profissional, por instituição 12
Quadro 2 - Dados de participação dos Estudantes dos IASQE no ano letivo em análise 14
Quadro 3 - Recursos Materiais – Áreas disponíveis 18
Quadro 4 - Recursos Materiais – Equipamentos 18
Quadro 5- Parcerias Internacionais e Nacionais 20
Quadro 6- Distribuição de Serviço Docente 22
Quadro 7- Qualificação do pessoal não docente de apoio à lecionação do ciclo de estudos 24
Quadro 8- Formação Contínua Pessoal não Docente 25
Quadro 9 – Caracterização dos Estudantes 26
Quadro 10 - Número de estudantes por ano curricular 27
Quadro 11 - Distribuição dos Diplomados por Ano Letivo 34
Quadro 12 – Internacionalizações na ESS 35
Quadro 13 - Análise SWOT do Ciclo de Estudos 36
Quadro 14 – Proposta de ações de melhoria para o Ciclo de Estudos 40
Quadro 15 - Acompanhamento de ações de melhoria apresentadas no Relatório Curso 2011/2012 42

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende apresentar o percurso formativo do Curso de Mestrado em Enfermagem de saúde Materna e Obstetrícia (CMESMO), da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESS-IPVC), relativos ao ano letivo 2012/2013, aprovado pelo **Despacho n.º 345/2012** em *Diário da República, 2.ª série — N.º 8 — 11 de janeiro de 2012.*

Este documento tem como objetivo descrever e apreciar crítica e reflexivamente o percurso formativo subjacente ao 2º ano do I CMESMO, que integra a estrutura do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre (art.º 20 do Decreto- Lei 74/2006 de 24 de março) em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia que decorreu no ano letivo 2012/2013, num total de 60 ECTS.

Em termos de estrutura, centra-se na especificidade do ciclo de estudos, na organização interna e mecanismos de qualidade, nos recursos materiais, nas parcerias, no pessoal docente, não docente e nos estudantes, no processo de formação, nos resultados académicos, na análise *SWOT* inerente ao ciclo de estudos e nas propostas de ações de melhoria.

1.1. Descrição da escola responsável pela lecionação do ciclo de estudos

A atual Escola Superior de Saúde do IPVC foi criada em 1973, como Escola de Enfermagem de Viana do Castelo pelo Decreto-Lei (DL) nº 243/73, de 16 de Maio. Iniciou a sua atividade em Janeiro de 1974, com o curso de auxiliares de Enfermagem, que foi extinto em 11 de Setembro do mesmo ano pelo DL nº 440/74 de 11 de Setembro. Em Outubro de 1974, a Escola iniciou o Curso de Enfermagem Geral.

Em 1989, é integrada na rede das Escolas Superiores de Enfermagem, prevista na Portaria nº 821/89, de 14 de Setembro, com a designação de Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo. Em 1990 inicia a lecionação do Curso Superior de Enfermagem – nível de bacharelato (Portaria nº 289/90, de 17 de Abril).

Com a regulamentação genérica dos cursos de estudos superiores especializados em enfermagem (Portaria n.º 239/94, de 16 de Abril), em 1995, dá-se início ao Curso de Estudos Superiores Especializados (CESE) em Enfermagem da Comunidade e Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, terminando os primeiros especialistas a sua formação em 1997. No ano letivo de 1997/98 esta formação é alargada ao Curso de Estudos Superiores Especializados em Enfermagem de Reabilitação.

Em 1999, pelo DL nº 353/99, de 3 de Setembro, são aprovadas as regras gerais a que fica subordinado o ensino de enfermagem no âmbito do ensino superior politécnico, instituindo o curso de licenciatura em enfermagem (Portarias nº 799-G/99 e nº 799-D/99, de 18 de Setembro), o mesmo diploma aprova, também, as medidas de transição para os estudantes que se encontram a frequentar o bacharelato e para os bacharéis, com a criação do Ano Complementar de Formação em Enfermagem (Portaria nº 799-F/99, de 18 de Setembro) e os cursos de complemento de formação em Enfermagem (Portaria 799-E/99, de 18 de Setembro). A Portaria nº 268/02, de 13 de Mar-

ço cria os cursos de pós-licenciatura de especialização em Enfermagem. Pelo Despacho Normativo 7/2000, de 27 de Janeiro, são criados os estatutos e a Escola é integrada no IPVC pelo DL 99/2001, de 28 de Março.

Através do Despacho n.º 4/2007, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 5, de 8 de Janeiro, foram homologadas as alterações aos Estatutos do IPVC que decorreram da referida integração. Com a entrada em vigor do Despacho Normativo n.º 7/2009, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 26, de 6 de Fevereiro, que homologou os Estatutos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, no quadro do novo regime jurídico das instituições de ensino superior aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, a Escola passou a designar-se Escola Superior de Saúde.

Ao longo destes últimos tempos foram ainda criados cursos de pós-graduação (CPG), com diferentes períodos de duração, das quais se destacam: CPG em Gestão de Unidades de Saúde e Instituições Sociais; CPG em Cuidados Paliativos; CPG em Enfermagem Oncológica; CPG Comunicação em Saúde e CPG em Supervisão Clínica e Cursos de Pós-licenciatura de Especialização em Enfermagem (CPLEE) como o Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria (CPLEESMP); Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Reabilitação (CPLEER) e Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia (CPLEESMO).

Numa lógica de articulação decorrente dos desafios colocados ao Ensino Superior na área da Saúde, aos contextos da profissão e do trabalho, a ESS criou novos cursos, que evoluíram de uma forma articulada com as formações ministradas, quer ao nível da licenciatura em Enfermagem, quer das pós-graduações, designadamente: o Curso de Mestrado de Gestão das Organizações - Ramo Gestão de Unidades de Saúde, em parceria com a APNOR - Associação de Politécnicos do Norte, (Despacho n.º 14911/2011, 2.ª Série, n.º 211 de 03 de Novembro de 2011); o Curso de Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica (Despacho n.º 9598/2011, 2.ª Série, n.º 147 de 02 de Agosto de 2011); o Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Comunitária (Despacho n.º 9599/2011, 2.ª Série, n.º 147 de 02 de Agosto de 2011); o Curso de Mestrado em Enfermagem de Reabilitação (Despacho n.º 15679/2011, 2.ª Série, n.º 221 de 17 de Novembro de 2011); o Curso de Mestrado em Cuidados Paliativos (Despacho n.º 1181/2013, 2.ª Série, n.º 13 de 18 de Janeiro de 2013) e o Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia, em parceria com Escola Superior de Enfermagem de Vila Real da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Bragança. (Despacho n.º 345/2012, 2.ª Série, n.º 8 de 11 de Janeiro de 2012); Curso de Mestrado em Promoção e Educação para a Saúde, parceria com a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. (Despacho n.º 2063/2010, 2.ª série, n.º 20 de 29 de Janeiro de 2010).

1.2. Coerência dos objetivos definidos com a missão e a estratégia da instituição.

O IPVC é uma instituição pública de ensino superior que produz, difunde e transfere conhecimento e cultura, promove a formação integral dos cidadãos e a aprendizagem ao longo da vida, numa atitude de permanente inovação, qualidade e espírito empreendedor, centrado no desenvolvimento regional, do país e na internacionalização,

em convergência com o espaço europeu do Ensino Superior. Valoriza e promove a liberdade, a responsabilidade e a cidadania, o espírito crítico e de pertença, a solidariedade, a inclusão, a cooperação e a multiculturalidade.
Identifica, em cada momento, as partes interessadas – agentes científicos, culturais, sociais e económicos, da região, do país ou estrangeiros – e com elas promove as parcerias consideradas necessárias para uma ação eficaz e de sucesso. A criação de sinergias pela ação concertada das comunidades interna (estudantes, funcionários e docentes) e externa, em particular, autarquias, serviços e instituições de saúde, constituirão a atitude-marca da instituição e do curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia.
Dispõe de um modelo organizacional convergente para um projeto único e plural, servido por um sistema de direção estratégica ágil, capaz de distribuir eficientemente os recursos e orientado para os seus objetivos estratégicos. Dispõe, ainda, de serviços organizados que servem, transversalmente, toda a instituição.
Dispõe de uma oferta formativa diversificada, transversal às suas escolas e que assegura a formação integral das pessoas, fomentadora do sucesso, da autoaprendizagem e da capacidade de empreender. Usa métodos e processos de ensino/aprendizagem inovadores, atrativos, suportados em novas tecnologias e um ambiente académico estimulante. Desenvolve os seus processos formativos com grande proximidade ao tecido social e económico visando a aproximação dos estudantes ao seu papel social futuro e à realidade do mundo empresarial e do trabalho.
A ESS, enquanto unidade orgânica do IPVC, constitui-se por uma comunidade educativa qualificada, inovadora e participativa, comprometida com a formação humanista, com a criação e gestão do conhecimento e da cultura, da investigação, da ciência, da tecnologia e da arte e com a prestação de serviços à comunidade. Neste sentido o CMESMO em apreço tem como finalidade preparar para o exercício da atividade profissional altamente qualificada na assistência em cuidados de enfermagem especializados em saúde materna e obstetrícia e promover o desenvolvimento humano e social em matéria de saúde da região, do país e internacional. Neste contexto, os objetivos do ciclo de estudos encontram-se em congruência absoluta com a missão e a estratégia da instituição. Importa ainda realçar que os objetivos operacionais se encontram monitorizados através do Sistema de Gestão e de Garantia da Qualidade (SGGQ).

2. CICLO DE ESTUDOS

2.1 Caracterização do Ciclo de Estudo

2.1.1 Designação do Ciclo de Estudos

Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia (Consórcio IPVC, UTAD,IPB)

2.1.2 Publicação do Plano de Estudos em DR

Despacho n.º 345/2012 em *Diário da República, 2.ª série, N.º 8 de11 de janeiro de 2012).*

2.1.3 Área científica predominante do ciclo de estudos

Enfermagem

2.1.4 Classificação da área fundamental do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de Março

723

2.1.5 Classificação da área secundária do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de Março

345

2.1.6 Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau

120 ECTS

2.1.7 Duração do ciclo de estudos (art.º 3 DL-74/2006)

2 Anos (4 Semestres)

2.1.8 Número de vagas aprovado no último ano letivo:

20 vagas para o contingente geral e 10vagas para o contingente especial[1]

2.1.9 Condições de acesso e ingresso

Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre os profissionais de saúde que satisfaçam as condições expressas no art.º 17º da Lei 74/2006, 24 de Março:

a) Titulares do grau de licenciatura ou equivalente legal;
b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1º ciclo de estudos organizados de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;
c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pelo Conselho Científico;

[1] Destinadas a enfermeiros detentores do título de Enfermeiro Especialista na área de Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia.

d) Detentores de um currículo académico, científico ou profissional, que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos pelo Conselho Científico;

2.1.10 Regime de funcionamento

Pós-laboral

2.1.11 Docente Responsável pela Coordenação do Ciclo de Estudos

Teresa Isaltina Gomes Correia (Consórcio)

Maria Augusta Moreno Delgado da Torre (ESS)

2.1.12 Objetivos definidos para o ciclo de estudos

Para o CMESMO são apresentados os seguintes objetivos previamente estabelecidos:

- Contribuir para a construção de um profissional capaz de promover lideranças fortes e motivadoras e ajustadas aos desafios que se colocam aos cuidados de enfermagem especializados em saúde materna e obstetrícia e às organizações;
- Consolidar a participação dos profissionais de enfermagem especializados em saúde materna e obstetrícia, na consecução de ganhos em saúde da população decorrente das necessidades em cuidados de enfermagem especializados, das novas problemáticas de saúde e das mudanças demográficas, sociais e epidemiológicas;
- Contribuir para a prossecução dos objetivos da formação especializada, com vista ao desenvolvimento do empreendedorismo e da capacidade competitiva no sector da saúde pública ou privada;
- Incentivar a produção, a apropriação e disseminação do conhecimento, através da realização de trabalhos académicos e dissertações de mestrado.

2.1.13 Meios de divulgação dos objetivos aos docentes e aos estudantes envolvidos no ciclo de estudos.

A apresentação do Ciclo de Estudos (CE), seus objetivos, duração, perfil e saídas profissionais, assim como plano curricular e condições de acesso estão explicitamente descritos no portal do IPVC (www.ess.ipvc.pt), na ligação associada ao mesmo. No início de cada ano letivo são dinamizadas reuniões com os docentes e estudantes envolvidos no CE para a divulgação dos objetivos gerais e funcionamento. Na primeira aula de cada unidade curricular (UC) é efetuada a apresentação dos objetivos específicos dessa UC, programa e metodologias de avaliação. Esta informação, também, é disponibilizada através da plataforma de *e - learning* do IPVC (http://elearning.ipvc.pt).

Para além disto, foram amplamente divulgados no processo de articulação com as instituições/profissionais e acompanhamento dos estudantes, que tem vindo a ser feito nos diferentes contextos da prática formativa (estágios) e difusão dos mesmos na comunidade, dando conta do perfil de conhecimentos e competências do enfermeiro especialista em saúde materna e obstetrícia.

Nos estudantes em mobilidade internacional, no âmbito do programa Erasmus, foi efetuada a articulação com as instituições de acolhimento através de acordos bilaterais. Efetuadas reuniões periódicas para monitorização do

percurso formativo (os objetivos foram divulgados e consagrados no protocolo e foi efetuada a monitorização dos desenvolvimentos do processo de aprendizagem dos estudantes).

Ao longo do percurso formativo realizaram-se reuniões entre os elementos da Comissão do Curso, os estudantes, os tutores dos contextos de estágio e os orientadores/co-orientadores dos estágios de natureza profissional.

2.2 Estrutura Curricular

2.2.1 Estágios e Períodos de Formação em Serviço

No 2º ano do curso desenvolve-se a Unidade Curricular de **Estágio de Enfermagem em Saúde Materna e Obstetrícia II (ESMO II)** realizada em contexto de Cuidados de Saúde Hospitalares, no período de 18 de fevereiro a 12 de maio de 2013. Constituiu-se como um espaço-tempo de excelência para proporcionar a mobilização, integração, transferência, aplicação e desenvolvimento de conhecimentos das diferentes unidades curriculares teóricas e teóricas/práticas, para fundamentação das práticas em enfermagem de saúde materna e obstetrícia e da construção progressiva do perfil profissional do enfermeiro especialista de saúde materna e obstetrícia, caracterizado pela exigência técnica, científica e humana, colocada nos processos de tomada de decisão nas diferentes situações da prática clínica em cuidados de saúde hospitalares, onde o estudante aprofunde conhecimentos científicos sobre processos de saúde doença em saúde reprodutiva, permitindo a prestação de cuidados especializados à parturiente/família durante o trabalho de parto, parto eutócico e distócico, à puérpera e ao RN normal e de risco.

O **Estágio de Natureza Profissional** decorreu em contextos Hospitalar e de Cuidados de Saúde Primários, no período de 13 de maio de 2013 a 16 de fevereiro de 2014, de forma a permitir ao estudante completar e aprofundar competências desenvolvidas nos estágios de ESMO I e II (Diretiva nº 80/155/CEE de 21 de Janeiro, alterada pela Diretiva nº 89/594/CEE de 30 de Outubro, transpostas para o ordenamento jurídico interno pelo Decreto-lei nº 322/87 de 28 de Agosto e pelo Decreto-lei nº 15/92 de 4 de Fevereiro) ou desenvolver áreas de intervenção mais específicas (como por exemplo parto natural, plano do parto, entre outras), em contextos de instituições nacionais ou internacionais, que o propiciem, e de acordo com o projeto de estágio ou académico, previamente definido por cada estudante e respetivo(s) orientador(es).

Os pressupostos inerentes ao desenvolvimento destes estágios articularam-se com os Padrões de Qualidade, com as Competências Comuns do Enfermeiro Especialista e com Competências Específicas do Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Materna, Obstétrica e Ginecológica, da Ordem dos Enfermeiros (OE).

2.2.1.1 Indicação dos locais de estágio e/ou formação em serviço

O Estágio de Enfermagem em Saúde Materna e Obstetrícia II decorreu em unidades/serviços de saúde hospitalares, em serviços de Neonatologia, Puerpério e Sala de Partos, em contexto de cuidados de enfermagem especializados (Quadro nº1).

O Estágio de Natureza Profissional decorreu em contexto hospitalar, em unidades/serviços de sala de partos e de Gravidez de Risco, e nos Cuidados de Saúde Primários, em Unidades de Saúde Familiar e em Unidades de Cuidados à Comunidade (Quadro nº1).

A seleção dos contextos teve em consideração o rigor, a exigência técnica, científica e relacional, e a procura sistemática do mais elevado padrão de qualidade dos cuidados.

Dos 21 estudantes inscritos no Estágio de Enfermagem em Saúde Materna e Obstetrícia II sete tiveram creditação à Unidade Curricular. Os restantes catorze realizaram este estágio nas instituições que se apresentam no quadro 1, tendo passado por todos os serviços definidos para este estágio.

Dos 21 estudantes inscritos na Unidade Curricular Dissertação/Trabalho de projeto/Estágio de natureza profissional, dois não iniciaram a unidade curricular por não terem apresentado proposta de projeto, seis optaram por Dissertação, dois por Trabalho de Projeto e os restantes onze por Estágio de Natureza Profissional. Este estágio decorreu nas instituições que se apresentam no quadro 1, tendo seis estudantes efetuado o estágio em mais que um contexto.

Quadro 1 - Mapa de distribuição de estudantes no estágio de Estágio de Saúde Materna e Obstetrícia II e no Estágio de Natureza Profissional, por instituição

Instituição acolhedora	N.º de estágios
Unidade Local de Saúde do Alto Minho	2
Centro Hospitalar Póvoa do Varzim/Vila do Conde	2
Centro Hospitalar Alto Ave – Guimarães	1
Centro Hospitalar do Porto	2
ACES AVE III – Famalicão	1
ARS Norte - ACES Cávado III - Barcelos/Esposende	1
Hospital de São João	1
Hospital do Salnés- Pontevedra	1
Gabinete de Comadronas Murmures de Vie en Aubonne – Suiça	1
Hospital Universitário de la ciudad de Lausanne – Suiça	1
CHUIMI Complejo Hospitalário Insular Materno Infantil – Las Palmas de Gran Canária - Espanha	2
Total de Instituições – 11	**Total de estagiários – 14**

3. ORGANIZAÇÃO INTERNA E MECANISMOS DA QUALIDADE

3.1 Estrutura organizacional responsável pelo ciclo de estudo

A aprovação da criação ou restruturação de Ciclos de Estudos (CE) é da competência do Presidente, com pareceres da Direção da UO, do Conselho Pedagógico (CP), da Área Cientifica (AC) e do Conselho Técnico-Científico (CTC) e de entidades externas (conforme aplicável). O Coordenador de Curso (CC) em colaboração com a Comissão de Curso, elabora o relatório anual do CE, que é apreciado pela Direção e pelo CP da Escola. Este relatório pode conter propostas de alteração ou ações de melhoria do CE, sujeitas a aprovação pelos órgãos competentes. O CC articula com os responsáveis das UC's a atualização dos programas, que são aprovados pelo CTC, e garante a sua concretização. Anualmente, os CC identificam as necessidades de serviço docente do curso. Com base nessa informação, as AC, através dos seus Grupos Disciplinares (GD), propõem contratação, renovação de contratos e DSD aos diretores das UO's que enviam à respetiva comissão técnico-científica para aprovação em CTC e homologação pela Presidência.

3.2 Participação ativa de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão

A participação dos docentes é assegurada pela sua intervenção no Conselho Geral, Conselho Técnico-Científico, Área Científica, Conselho Pedagógico, Coordenações de Curso, Comissões de Curso e de Auto-Avaliação. Além disso, essa participação é ainda promovida em reuniões periódicas de docentes, participação em inquéritos de avaliação do funcionamento do IPVC, intervenção em processos pedagógicos e académicos chave como a preparação de materiais pedagógicos, análise de pedidos de creditação de competências, júris de provas, acompanhamento de estágios entre outros.

A participação dos estudantes é assegurada através da sua representação no Conselho Geral, Conselho Pedagógico, Comissão de Curso e de Auto-Avaliação, intervenção das Associações e Federação de Estudantes, Inquéritos de Avaliação da Satisfação da Qualidade de Ensino, das Bibliotecas e dos Serviços de Ação Social.

O facto de os estudantes integrarem a maioria dos órgãos mencionados e em particular a Comissão de Curso promove uma cultura de envolvência nas tomadas de decisão inerentes à vida da ESS. Reconhecidamente, os estudantes que integram esta Comissão têm assumido um papel proactivo e de grande envolvência na mediação dos processos e na dinamização do exercício da cidadania ativa, nas suas diferentes esferas.

Para além do enunciado, destacam-se os desenvolvimentos resultantes da discussão e análise de assuntos abordados em reuniões, realizadas ao longo do ano, com docentes, estudantes e Comissão de Curso, com implicações nas mudanças organizacionais e pedagógicas operadas.

É de salientar que se trata de um curso em regime pós-laboral, no qual a maioria dos mestrandos são trabalhadores estudantes, exigindo-lhe grande esforço para o cumprimento do horário atribuído para o estágio, por dificuldade na conciliação com o horário profissional. No entanto, esta situação não condicionou o processo formativo sendo que para isso os docentes tiveram necessidade de, junto dos tutores/orientadores de estágio, desenvolver outras estratégias adaptadas à situação.

Quadro 2 - Dados de participação dos Estudantes dos IASQE no ano letivo em análise

% Participação IASQE	1º ano		2º ano	
1ºS	**11/12**	0 %	**12/13**	14,3%
2º S	**11/12**	0 %		

A participação dos estudantes no Inquérito de Avaliação da Satisfação e Qualidade de Ensino (IASQUE), comparativamente ao ano anterior, houve progresso na participação, apesar de diminuta. A coordenadora do curso e a representante de turma (pela proximidade às colegas), presencialmente e /ou por correio eletrónico, procuraram, em diferentes momentos, incentivar os estudantes para a realização da referida avaliação. Um dos eventuais condicionantes da adesão dos estudantes ao preenchimento do inquérito, pode estar relacionado com o facto destes se encontrarem em estágio em vários pontos do distrito e fora dele, assim como noutros países. Salienta-se, ainda, que o término do curso coincide com a apresentação de Dissertação/ Trabalho de Projeto/Relatório de Estágio Profissional o que provoca maior dispersão.

3.3 Estruturas e Mecanismos de garantia da qualidade para o ciclo de estudos

O IPVC tem implementado um Sistema de Gestão e de Garantia da Qualidade (SGGQ), certificado desde 2009, no âmbito da ISO 9001 por entidade acreditada pelo IPAC e certificado pela A3ES desde janeiro de 2013, por um período de seis anos. O sistema está organizado em processos e orientado para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem e atividades de IDI, de gestão e de suporte. O SGGQ, coordenado pelo Gabinete de Avaliação e Qualidade (GAQ), gera informação para definir medidas de melhoria contínua dos ciclos de estudos e procura o comprometimento de todos os atores neste processo. O GAQ apoia as Coordenações de Curso nos mecanismos de Garantia da Qualidade, em cooperação com órgãos e serviços que intervém nas atividades administrativas, científicas e pedagógicas. Anualmente é implementado um Programa de Auditorias, permitindo definir causas de ocorrências e ações corretivas**.** São elaborados Relatórios Anuais das UC's e de Curso que permitem, juntamente com os Relatórios das Auditorias, Relatórios de Auscultação às partes interessadas e com os resultados dos indicadores de desempenho dos processos relacionados com o ensino e aprendizagem, efetuar uma análise do grau de cumprimento dos objetivos e definir ações de melhoria para o ciclo de estudo. A Comissão de Curso faz uma análise e síntese das necessidades que emergem desses relatórios com vista a introduzir ações de melhoria no âmbito das suas competências, endereçando as restantes para os órgãos competentes.

3.4 Procedimentos para a recolha de informação, acompanhamento e avaliação periódica do CE

O GAQ tem implementado procedimentos de auscultação para avaliar o grau de satisfação das partes interessadas incluindo a realização de inquéritos e monitorização de sugestões e reclamações e estudos de follow-up, feitos a antigos estudantes, parceiros e instituições empregadoras. Destaca-se o inquérito de Avaliação da Satisfação da Qualidade de Ensino aplicado semestralmente aos estudantes, que inclui uma componente de avaliação

da escola, dos docente e das UC's, ECTS e do ciclo de estudos no seu todo. É continuamente monitorizada informação relativa a candidaturas e colocações, caracterização dos estudantes, sucesso, abandono e empregabilidade para o ciclo de estudos, que juntamente com os relatórios resultantes das auditorias internas e dos processos de auscultação e avaliação da satisfação, são usados para a avaliação periódica do ciclo de estudos e reportados no Relatório Anual de Curso. Com base nos resultados, são definidas ações de melhoria que serão apresentadas no ponto 11 - Propostas de Ações de Melhoria para o Ciclo de Estudos.

3.5 Avaliação do desempenho dos docentes e medidas para a sua permanente atualização

O IPVC considera que o potencial das pessoas pode ser melhor usado através da partilha de valores e de uma cultura de confiança e de responsabilização, que encoraje o envolvimento de todos. Baseado numa gestão e partilha de conhecimentos, dentro de uma cultura de aprendizagem contínua, inovação e melhoria, procura-se: transmitir a importância da contribuição de cada um; identificar fatores que constituem obstáculo ao trabalho; aceitação das responsabilidades; avaliar o seu desempenho, em função de objetivos e metas; estimular o reforço das suas competências, conhecimentos e experiência e sua partilha; a discussão aberta de problemas e questões relevantes.

O Regulamento do Sistema de Avaliação do Desempenho do Pessoal Docente do IPVC está implementado e define os mecanismos para a identificação dos objetivos do desempenho docente para cada período de avaliação, explicitando a visão da instituição, nos seus diversos níveis, ao mesmo tempo que traça um quadro de referência claro para a valorização das atividades dos docentes e estabelece, ainda, as regras para alteração do posicionamento remuneratório de acordo com os artigos 35º-A e 35º-C do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP). As medidas para a atualização do corpo docente não poderão ser vistas, no momento atual, afastadas da obrigação legal das instituições de ensino superior criarem condições aos seus docentes para fazerem ou concluírem a sua formação avançada, como condição básica da sustentabilidade do próprio subsistema, da própria instituição e do acesso à carreira por parte dos docentes. Até ao final de 2011, o programa de apoio à Formação Avançada de docentes do Ensino Superior, acordado entre o MCTES e o CCISP e gerido pela FCT, permitiu um impulso na formação avançada dos docentes do ensino superior politécnico, contratualizando essa formação com universidades europeias. Além da formação avançada o IPVC têm mantido uma atitude de incentivo e ajuda à atualização permanente do corpo docente, quer através de formação organizada internamente, quer por apoio à participação em formação externa quer, ainda, pela concessão do estatuto de bolseiro. Por seu lado, a Escola tem procurado dar facilidades em termos de horários para que os docentes possam desenvolver os seus percursos formativos. A própria existência do SGGQ-IPVC, em que, no âmbito do Processo de Gestão dos Recursos Humanos, se diagnosticam as necessidades formativas e se elaboram Planos Anuais de Formação, apoia a política de formação da instituição. A instituição assume que a qualidade do ensino e aprendizagem, de investigação e de prestação de serviços se baseia nas qualificações e competências dos seus docentes e funcionários. De referir ainda, nesta política de Melhoria da Qualidade, a realização periódica dos inquéritos de avaliação da qualidade de ensino aos estudantes e dos inquéritos de satisfação dos docentes do IPVC. Através do RJIES e dos Estatutos, todas estas informações são debatidas a nível das direções das UO's,

das áreas científicas, do Conselho de Gestão alargado, dos Conselhos Técnico-Científico e Pedagógico e das Comissões de Curso.

3.6 Discussão e utilização dos resultados das avaliações do ciclo de estudos na definição de ações de melhoria

Os relatórios de Inquéritos (bibliotecas, qualidade de ensino,…) e Relatórios de Curso são analisados pela Direção da UO e em CP e, são divulgados à comunidade através do portal do IPVC. Poderão, também, ser analisados em reuniões de docentes e de estudantes do CMESMO. As ações de melhoria propostas são submetidas à Direção da Escola e no caso de envolverem modificações ao plano de estudos, também, à Comissão Mista Científico-Pedagógico e dado conhecimento ao CTC do IPVC.

.

As ações são planeadas entre a Coordenação do Curso e a Direção ou a Comissão Mista Científico-Pedagógica, definidos responsáveis e prazos de implementação. O acompanhamento e a análise da eficácia das ações implementadas para a melhoria do CMESMO são da responsabilidade da Comissão de Curso que reporta à Direção ou à Comissão Mista Científico-Pedagógica, e regista no relatório de Curso seguinte. O seguimento das ocorrências detetadas em auditorias, acompanhamento de sugestões e reclamações, e avaliação da eficácia das ações corretivas é da responsabilidade do GAQ que, também, monitoriza os indicadores de desempenho dos processos e dos objetivos gerais da Qualidade do SGGQ, definidos anualmente, e reporta nos Balanços da Qualidade para Revisão do Sistema.

Os resultados da avaliação têm sido mobilizados em diversos domínios e contextos no sentido de promover e fortalecer a articulação entre os vários órgãos e serviços, nomeadamente entre a coordenação, os serviços académicos, outros cursos de mestrado em enfermagem, as escolas do consórcio e as instituições acolhedoras dos estudantes em estágio.

Tendo por base as avaliações que integram os documentos mencionados e, ainda, os registos das Reuniões com docentes, estudantes, Órgãos da ESS, e da própria Comissão de Curso e Comissão Mista Científico-Pedagógica, foram introduzidas medidas corretivas de acordo com as propostas expressas no Relatório do ano transato, nomeadamente no ponto 12 (acompanhamento de ações de melhoria), e da avaliação do processo no presente ano letivo. Assim, verificámos:

- Continuidade da melhoria do circuito de informação e colaboração entre a Comissão e Curso do CMESMO, o Conselho Pedagógico, a Direção e as escolas do consórcio;
- Continuidade do Dossier Pedagógico em suporte de papel e suporte digital, conforme Circular ESS-D-3/2010.
- Articulação da Coordenadora Institucional do Programa de Mobilidade/ESS com a coordenadora do CMESMO no que se refere aos procedimentos relacionados com a mobilidade de estudantes, conforme definido no SGGQ.

- Proposta da Comissão de Curso do CMESMO à Comissão Mista Científico-Pedagógica de alteração /reformulação das Normas Regulamentares de Elaboração de Dissertação/Trabalho Projeto/ Relatório.
- Proposta de alteração da composição do Júri de Provas Públicas inscrita na alínea a) do ponto 3 do artigo 21º do Regulamento de Funcionamento do Mestrado. Quando o orientador é simultaneamente presidente do júri, foi decidido, em Comissão Mista Científico-Pedagógica, que é substituído na presidência do júri pela Diretora da Escola onde decorrem as provas.

- Concretização do Congresso Internacional de Saúde Sexual e Reprodutiva onde, para além conferencistas que abordaram temas de interesse para a área da especialidade, as estudantes tiveram oportunidade de apresentar os resultados (alguns preliminares) dos seus desenvolvimentos das dissertações/ trabalhos de projeto/estágios de natureza profissional, em painéis ou em comunicações livres. Foi ainda publicado o livro de resumos: Graça, Luís Carlos Carvalho; Torre, Maria Augusta Delgado (organizadores). *Congresso Internacional de Saúde Sexual e Reprodutiva: Da Formação aos Desafios da Intervenção em Saúde Sexual e Reprodutiva – livro de resumos*. Viana do Castelo: Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. 2014. ISBN 978-989-99106-0-7.
- Formação dos tutores em supervisão enquadrada no projeto "Supervisão Clinica – Formar para a Qualidade".
- Ter sido assegurado, na maioria dos itens, os critérios de qualificação do pessoal docente para a acreditação do ciclo de estudos, considerados pela A3ES.
- Manutenção dos protocolos com as instituições parceiras, que foram suficientes para assegurar a formação das estudantes.

3.7 Outras vias de avaliação/acreditação:

O SGGQ do IPVC está certificado pela Norma Internacional ISO 9001 desde Janeiro de 2009 e obteve em Janeiro de 2013 a certificação pela A3ES por um período de seis anos.

O ciclo de estudos já foi objeto de Acreditação Preliminar por parte da A3ES, conforme R/A-Cr 57/2011.

É, ainda, de referir a obtenção do parecer favorável da Ordem dos Enfermeiros, enviado à Direção Geral do Ensino Superior, o que permite aos estudantes obterem o título de Enfermeiro Especialista na área de Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia.

4. RECURSOS MATERIAIS

4.1 Recursos Materiais – Áreas disponíveis

Quadro 3 - Recursos Materiais – Áreas disponíveis

Recursos Materiais – Novas Áreas Disponíveis	
Tipo de Espaço	**Área (m2)**
Biblioteca	255
Reprografia	21,22
Bar/Refeitório	157,16
Anfiteatro	100.11
1 sala de aula teórica	43.,50
1 sala de aula prática	43,87

4.2 Recursos Materiais – Equipamentos

No quadro nº 4 apresentam -se os recursos/equipamentos utilizados pelos estudantes, em práticas de laboratório, revelando-se essenciais de apoio e suporte à prática clínica.

Quadro 4 - Recursos Materiais – Equipamentos

Recursos Materiais – Novos Equipamentos	
Tipo de Equipamento	**Número**
Modelo transversal da pelve feminina	1
Modelo do canal do parto	1
Pélvis com ligamentos, nervos e músculos	1
Pélvis	1
Simulador de exame cervical e parto	1
Simulador de parto	1
Módulo dos estágios de trabalho de parto	1
Simulador de sutura de episiotomia, 3 peças	1
Modelo de processo de nascimento	2
Monitorização do Feto e Progresso do Trabalho de Parto	1
Marquesa Ginecológica	1
Bebé lactante masculino	1
Bebé lactante com cordão umbilical	1

4.3 Recursos financeiros

O IPVC atribui uma dotação orçamental à Escola em termos globais e não por curso, tendo por base o ano económico.

Em 2013, ano civil, a execução orçamental da ESS-IPVC foi de 1.710. 748 euros, com base na despesa paga.

O Orçamento inicial relativo a 2014 atribuído à ESS foi de 1.677.463 euros. O orçamento atribuído tem permitido o cumprimento dos objetivos do ciclo de estudos.

5. PARCERIAS

5.1 Parcerias internacionais e nacionais no ciclo de estudos

As parcerias estabelecidas durante o 2º ano do CMESMO resultaram da articulação com instituições prestadoras de cuidados que constituíram os contextos formativos privilegiando os da região do Minho e área metropolitana do Porto e contextos internacionais de Mobilidade. Teve-se, ainda, em consideração a proveniência dos estudantes e os seus projetos, pelo que se facilitou estágios em contextos nacionais e internacionais (Hospitais da Galiza) em que não existiam protocolos de parceria.

A mobilidade internacional dos estudantes da ESS é realizada através do Programa Erasmus, sendo a Coordenadora Erasmus/ESS responsável pela seleção e seriação das pré-inscrições (efetuadas on-line no portal do IPVC), segundo critérios definidos pela Escola remetendo a informação da seriação ao GMCI. A seleção dos bolseiros é da responsabilidade do GMCI segundo critérios pré-definidos.

O Plano de estudos - *Learning Agreement/Training Agreement* (Documento disponibilizado pela Agência Nacional Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida) é organizado segundo os procedimentos do SGGQ, e a avaliação do estudante, segue o determinado no Decreto-lei nº 74/2006.

Estas parcerias constituíram-se uma mais-valia para o processo de ensino/aprendizagem dos estudantes e para o desenvolvimento de uma cultura de partilha de saberes e experiências fundamental ao desenvolvimento da profissão de enfermagem.

Os procedimentos adotados seguem o preconizado no SGGQ. É de referir que os dados de mobilidade são apresentados no ponto 9.3.

Quadro 5- Parcerias Internacionais e Nacionais

PARCERIAS	
Nacionais	**Internacionais**
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	Haute École de Santé Vaud (HESAV)
Centro Hospitalar Povoa de Varzim /Vila do Conde	
Hospital S. João - Porto	
Centro Hospitalar do Porto	
Administração Regional do Norte I.P.	
Hospital de Braga	

5.2 Promoção da cooperação interinstitucional

O IPVC tem definido os procedimentos, para a cooperação em projetos I&D, com apoio da OTIC, cooperação em mobilidade, com coordenação pelo GMCI e GEED (http://internacional.ipvc.pt) e para cooperação em projetos de ensino, coordenado pelas direções da Escola e Presidência. A identificação de oportunidades para estabelecimento de parcerias para Mobilidade, I & D e Cooperação pode ser desencadeado pelos órgãos dirigentes do IPVC e das UO's, por Coordenadores de Curso, AC, Docentes, Investigadores ou por qualquer colaborador do IPVC. Os

contactos iniciais poderão ser realizados pelos proponentes ou pelo GMCI, que dará conhecimento desta intenção à Presidência do IPVC. O estabelecimento de parcerias para mobilidade poderá ser com base em acordos bilaterais entre instituições europeias detentoras da Carta Universitária Erasmus (EUC) ou através de acordos com Consórcios de Países Terceiros e/ou do Espaço Europeu.

5.3 Relacionamento do ciclo de estudos com as entidades externas

O relacionamento com as entidades externas, no âmbito do ciclo de estudos, residiu, sobretudo, no âmbito do contexto da prática de cuidados em Estágio de Saúde Materna e Obstetrícia II e do Estagio de Natureza Profissional, da concretização dos projetos de investigação para a Dissertação ou da concretização dos Trabalhos de Projeto. Estas entidades nacionais e estrangeiras revelaram-se sempre de grande disponibilidade nos processos académicos das estudantes.

Realça-se o envolvimento dos estudantes na operacionalização e concretização dos projetos individuais e/ou institucional nas unidades de saúde/internamento/comunidade onde decorreram. Salienta-se, ainda, que estes projetos contribuíram para a melhoria da prática dos cuidados, no âmbito da prestação de cuidados à mulher/homem/família e comunidade em Saúde Sexual e Reprodutiva, nos diferentes *settings*, bem como para o desenvolvimento de competências dos estudantes. Esta perspetiva é particularmente relevante para as instituições, na medida em que o local onde os trabalhos foram desenvolvidos são, simultaneamente, entidades empregadoras, conferindo potencialidades acrescidas de continuidade dos projetos após finalização do curso. Nesta lógica, promoveu-se a relação teoria-prática, contribuindo-se para o desenvolvimento sustentado das organizações.

6. PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE

6.1 Pessoal Docente

As medidas para a qualificação do corpo docente deverão ter em consideração a necessidade das instituições de ensino superior criarem condições para os docentes investirem na formação avançada, como condição básica da sustentabilidade do subsistema e da instituição. O IPVC continua empenhado na qualificação do pessoal docente, através da criação de condições para a frequência da formação conferente de grau, da formação não conferente de grau e da realização de eventos de divulgação científica.

Também o Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade, no processo Recursos Humanos, prevê a realização anual de um diagnóstico de necessidades de formação.

6.1.1 Distribuição de Serviço Docente

No sentido de tornar mais percetível as especificidades da informação relativa à distribuição de serviço docente (DSD) apresentamos o seguinte quadro nº 6.

Quadro 6- Distribuição de Serviço Docente

Docente	Grau Académico	Categoria	Área Científica	Regime de Tempo (%)	UC Lecionadas no Curso
Mª Augusta Moreno Delgado da Torre	Especialista na Área Científica de Enfermagem	Profª Adjunta	Enfermagem	100	Estágio de Saúde Materna e Obstetrícia II; Seminário: Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio de Natureza Profissional; Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio de Natureza Profissional.
Ilda Maria Gomes Barbosa Lima	Doutor em Ciências da Educação	Profª Adjunta	Ciências da Educação	100	Estágio de Saúde Materna e Obstetrícia II; Seminário: Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio de Natureza Profissional; Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio de Natureza Profissional.
Ivone Marta Correia Gonçalves Barreto	Licenciada	Profª Adjunta	Enfermagem	100	Estágio de Saúde Materna e Obstetrícia II; Seminário: Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio de Natureza Profissional; Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio de Natureza Profissional.
Luís Carlos Carvalho da Graça	Doutor em Enfermagem	Profº Adjunto	Enfermagem	100	Seminário: Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio de Natureza Profissional; Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio de Natureza Profissional.
Maria Teresa Fitas Peres Filipe de Araújo	Mestre em Ciências da Saúde	Profª Adjunta	Saúde	100	Estágio de Saúde Materna e Obstetrícia II.
Mª Luísa Ramos dos Santos	Doutor em Psicologia da Saúde	Profª. Adjunto	Psicologia	100	Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio de Natureza Profissional.

6.1.2 Número de docentes do ciclo de estudos em tempo integral:

6

6.1.3 Percentagem dos docentes do ciclo de estudos a tempo integral:

100%

6.1.4 Número de docentes do ciclo de estudos a tempo integral, com ligação à instituição há mais de 3 anos:

6

6.1.5 Percentagem dos docentes do ciclo de estudos a tempo integral, com ligação à instituição por um período superior a 3 anos:

100%

6.1.6 Número de docentes em tempo integral com grau de doutor:

3

6.1.7 Percentagem de docentes em tempo integral com grau de doutor:

50%

6.1.8 Número de docentes em tempo integral com título de especialista:

1

6.1.9 Percentagem de docentes em tempo integral com título de especialista:

16,6%

6.1. 10 Número (ETI) de docentes do ciclo de estudos inscritos em programas de doutoramento há mais de um ano:

1

6.1.11 Percentagem dos docentes dom ciclo de estudos inscritos em programas de doutoramento há mais de um ano:

16,6%

6.1.12 Número (ETI) de docentes do ciclo de estudos não doutorados com grau de mestre (pré- Bolonha):

2

6.1.13 Percentagem de docentes do ciclo de estudos não doutorados com grau de mestre (pré- Bolonha):

33%

Considerando os critérios de qualificação de pessoal docente para a acreditação do ciclo de estudos, preconizado pela A3ES, cumpriu-se os requisitos à exceção do número de Doutores/Especialistas.

6.2 Pessoal Não Docente de apoio ao ciclo de estudos

6.2.1 Número e qualificação do pessoal não docente de apoio à lecionação do ciclo de estudos

A implementação dos novos Estatutos do IPVC conduziu a uma reestruturação transversal, com a centralização nos Serviços Centrais dos seguintes serviços: Direção de Serviços Administrativos e Financeiros, Direção de Serviços Informáticos, Divisão de Serviços Técnicos, Divisão de Serviços Académicos, Divisão de Recursos Humanos, Gabinete Comunicação e Imagem, Gabinete Mobilidade e Cooperação Internacional, Gabinete Avaliação e Qualidade e a OTIC. De referir, ainda, os funcionários dos SAS (Gabinete de Saúde, Bolsas, Residências, Cantinas e bares,…).

Para além do apoio dos funcionários dos serviços mencionados, na ESS existem 11 funcionários não docentes, em regime de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, distribuídos por vários serviços para apoio das suas atividades de ensino, conforme quadro seguinte. Para além destes, contamos, ainda, com o apoio de dois seguranças.

Quadro 7- Qualificação do pessoal não docente de apoio à lecionação do ciclo de estudos

Serviço/Pessoal não Docente	Categoria	Habilitações Literárias
Serviços Académicos		
Maria Augusta S. Barreiros	Assistente Técnico	12º Ano
Maria Regina Coelho Lopes Vieira	Coordenador Técnico	12º Ano
Balcão Único		
Ana Maria G. Lopes Alves	Técnico Superior	9º Ano
Sofia Margarida Velho	Assistente Técnico	12º Ano
Serviço de Expediente e Arquivo		
Maria Goreti Martins Traila	Assistente Técnico	12º Ano
Secretariado Direção		
Pedro Nuno de Freitas Araújo	Técnico Superior	Licenciatura
Secretariado de Apoio aos Cursos		
Anabela Esteves de Sousa	Assistente Técnico	12º Ano
Secretariado CTC/C. Pedagógico/Apoio Audiovisuais		
Nuno Vieira de Carvalho	Assistente Técnico	12º Ano
Biblioteca		
Alfredo Alberto Alves	Assistente Técnico	12º Ano
Sandra Cristina S. Sousa	Técnico Superior	Mestrado
Telefonista		
Maria Teresa Fernandes da Cruz Lancha	Assistente Operacional	9º Ano

O pessoal não docente de apoio à lecionação do ciclo de estudos possui formação contínua desenvolvida em temáticas favorecedoras aos desenvolvimentos do Curso, como se pode constatar no quadro seguinte.

Quadro 8- Formação Contínua Pessoal não Docente

Nome	Formação 2012/13 a 2013/14
Alfredo Alves	Portal do Eurostat (07.11.2012)
	Plataforma On-IPVC.PT (25.03.2013)
	A Nova Norma de Auditorias a Sistemas de gestão – ISO 19011:2011 (02.01.2013)
	Plataforma On-IPVC.PT (20.05.2013)
Ana Maria G. Lopes Alves	Plataforma On-IPVC.PT (20.05.2013)
Maria Goreti Martins Traila	Plataforma On-IPVC.PT (20.05.2013)
Maria Regina Lopes Vieira	Plataforma On-IPVC.PT (20.05.2013)
Maria Augusta da Silva Barreiros	Plataforma On-IPVC.PT (20.05.2013)
Sandra Cristina Santos Sousa	VII Encontro CIDI, Informação, Ciência e Tecnologia: Fusão para a Inovação (24.04.2013)
Pedro Nuno Freitas Araújo	Toc On-Line e Bens em Circulação (8.04.2013)
	Plataforma On-IPVC.PT (25.03.2013)
	Sistema Automático de Deteção de Incêndios do IPVC (30.12.2013)
	Orçamento de Estado 2014 (25.01.2014)
	Tratamento Estatísticos de Dados com SPSS (5 a 14.02.2014)

6.2.2 Avaliação de desempenho do pessoal não docente

A Avaliação do Pessoal não Docente é feita através do **S**istema **I**ntegrado de Gestão e **A**valiação do **D**esempenho na **A**dministração **P**ública (SIADAP). O SIADAP é o modelo de avaliação global que permite implementar uma cultura de gestão pública, baseada na responsabilização dos trabalhadores relativamente à prossecução dos objetivos fixados para o avaliado, por UO e Serviço. Posteriormente, a harmonização das propostas de avaliação é efetuada através da reunião do Conselho Coordenador de Avaliação. A avaliação decorre através de preenchimento de ficha de autoavaliação e posterior ficha de avaliação preenchida em reunião entre o avaliador e o avaliado. Esta avaliação é objeto de parecer por parte da Comissão Paritária para a Avaliação. As avaliações são homologadas pelo Presidente do IPVC, com o conhecimento do Avaliado.

7. ESTUDANTES

7.1 Caracterização dos Estudantes

Das trinta estudantes inscritas no 1º ano, quatro não frequentaram o curso pelo que não houve dados para avaliação; uma estudante reprovou à UC estágio de Saúde Materna e Obstetrícia I; duas estudantes anularam a matrícula. Assim, completaram o 1º ano do curso vinte e três estudantes.

Inscreveram-se, no 2º Ano, 21 dos estudantes que concluíram o 1º ano do curso.

Para a caraterização dos estudantes apresenta-se os seguintes quadros:

Quadro 9 – Caracterização dos Estudantes

Género	11/12		12/13	
	N.º	%	N.º	%
Masculino	1	4%	1	4,8%
Feminino	27	96%	20	95,2%

Idade	11/12		12/13	
	N.º	%	N.º	%
Até 20 anos	--	--	0	---
20-23 anos	--	--	0	---
24-27 anos	9	32%	5	23,8%
28 e mais anos	19	68%	16	76,2%

Região	11/12		12/13	
	N.º	%	N.º	%
Norte	25	89%	18	85,7%
Centro	--	--	---	---
Lisboa	--	--	---	---
Alentejo	--	--	---	---
Algarve	1	4%	1	4,8%
Ilhas	--	--	---	---
Estrangeiro - Espanha	2	7%	2	9,5%

Escolaridade dos pais	11/12		12/13	
	N.º	%	N.º	%
Superior	8	23%	4	16,6%
Secundário	10	29%	5	21%
Básico 3	4	11%	4	16,6%
Básico 2	3	9%	3	12,5%
Básico 1	10	29%	8	33,3%
Desconhecida/outra	21		18	

Situação profissional dos pais	11/12		12/13	
	N.º	%	N.º	%
Empregados	39	75%	14	33,3%
Desempregados	5	10%	3	7,1%
Reformados	--	--	1	2,4%
Outros	8	15%	24	57,2%

Quadro 10 - Número de estudantes por ano curricular

11/12		12/13	
Ano Curricular	N.º Alunos	Ano Curricular	N.º Alunos
1º	28	1º	-
2º	-	2º	21

Da análise dos quadros apresentados verifica-se que os estudantes são maioritariamente do sexo feminino, situando-se a maioria no grupo etário com mais de 28 anos (76,2%). São provenientes quase na sua totalidade (85,7%) da zona Norte, (4,8%) da região sul e (9,5%) das estudantes provenientes de território estrangeiro (Espanha).

Dos progenitores dos quais se conhece as habilitações académicas, maioritariamente (35,7%) possuem o ensino básico, (11,9%) o ensino secundário e (9,5%) o ensino superior. Relativamente à situação profissional observa-se que a grande maioria dos pais estão empregados (33,3%), contudo conta-se (7,1%) dos pais no desemprego.

7.1.2 Procura do ciclo de estudos

Como referido no relatório do 1º ano deste curso e apesar das políticas de gestão de recursos humanos adotadas pela organizações de saúde, limitando as dispensas de serviço para formação, bem como as dificuldades económicas acrescidas que as famílias têm vindo a atravessar, as vagas do contingente geral e especial foram totalmente preenchidas. Contudo, cinco (5) candidatas não tiveram condições de frequentar o curso e uma (1) fez a sua anulação por maternidade. Importa, ainda, realçar que do grupo que procurou este curso duas (2) são de nacionalidade estrangeira.

Relativamente ao 2.º ano, todos os estudantes com aproveitamento no 1.º ano se matricularam (21). No entanto, na UC – Dissertação/Trabalho de Projeto/ Estágio de Natureza Profissional dois (2) estudantes interromperam os seus estudos.

7.2 Ambiente de Ensino/Aprendizagem

Estrategicamente, a ESS tem vindo a promover a proximidade dos mestrandos desde o processo de candidatura até à fase de conclusão dos cursos. Neste sentido, a CC promove momentos, que se constituíram como espaços

para a proximidade entre os estudantes e docentes/instituição, favorecendo a identificação de necessidades sentidas pelos estudantes e a definição de estratégias de resposta. Para além disso, acrescenta-se a realização de seminários intercalares aos estágios como espaços de análise, reflexão e estudo em torno de problemáticas e necessidades emergentes dos estudantes e/ou da prática de cuidados e sobre intervenções no âmbito dos cuidados de enfermagem especializados.

Realça-se o papel e envolvimento da delegada de turma nas atividades da escola, nomeadamente no CP e na CC, na promoção e garantia da articulação entre os estudantes e a coordenação do curso e os próprios docentes.

Refere-se ainda, os investimentos do IPVC, decorrentes dos Estatutos e da organização interna, no sentido de promover as condições de vida e de aprendizagem dos estudantes, dos quais destacamos: os Serviços de Ação Social, o Gabinete de Saúde, o Centro Desportivo e a Oficina Cultural. Mais recentemente, a designação da Provedora do Estudante e a constituição do Conselho Académico que reforçará, com certeza, a promoção do ambiente ensino/aprendizagem.

No que se refere ao estágio a orientação e supervisão dos processos formativos são asseguradas pelo gestor pedagógico, em parceria com o enfermeiro tutor, os quais possuem formação especializada na área e têm experiência profissional em contexto de práticas clínicas, nas diferentes áreas de intervenção, no âmbito da enfermagem de saúde materna e obstetrícia. As respetivas funções encontram-se definidas nos documentos relativos aos princípios orientadores dos estágios (Anexo I) em articulação com as orientações inscritas no documento "Modelos, Modos e Modalidades de Formação" (Anexo II).

7.2.1 Estruturas e medidas de apoio pedagógico e de aconselhamento sobre o percurso académico dos estudantes

Os estudantes encontram apoio pedagógico junto da Coordenação de Curso e dos docentes, estando definido um horário de atendimento para o efeito. O CP da UO e o Conselho Académico do IPVC, são estruturas onde os estudantes estão representados e que permitem discutir a orientação pedagógica, apreciar queixas relativas a falhas pedagógicas e propor providências necessárias. O IPVC possui um Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional que presta apoio e aconselhamento aos estudantes ao nível da mobilidade internacional. Acresce, ainda, dizer que os estudantes encontraram apoio na seleção de contextos internacionais não previstos em programa de mobilidade, assim como todo o apoio de proximidade aos estudantes em articulação com responsáveis das instituições acolhedoras. Os SAS têm ao nível do Gabinete de Saúde apoio psicológico e de orientação para o estudo.

7.2.2 Medidas para promover a integração dos estudantes na comunidade académica

O IPVC produz um Guia de Acolhimento ao estudante, possui uma Oficina Cultural, um Gabinete de Saúde e um Centro Desportivo que existem para o fomento da cultura, desporto e saúde e para a integração dos seus estudantes no ambiente académico. Anualmente, são promovidas atividades extracurriculares que estimulam a participação da comunidade académica. As Associações e a Federação Académica, em articulação com o Provedor do Estudante, têm como função a defesa dos interesses dos estudantes e a sugestão de ações de melhoria das condições de ensino e de estímulo da participação na comunidade. O Dia do IPVC, o Dia da Escola, a Semana de

Receção ao Caloiro, a Sessão de Abertura do Ano Escolar, a Semana Académica e as Semanas Culturais são eventos, também, promovidos com essa finalidade. Estas medidas são monitorizadas através dos inquéritos de satisfação da qualidade de ensino, sendo os resultados considerados para avaliação das medidas implementadas e para a definição de ações de melhoria. Os Serviços de Ação Social, juntamente com as Coordenações de Curso e Serviços Académicos acompanham situações de potencial abandono sinalizadas e procuram reduzir a sua ocorrência. É de salientar, ainda, a existência da Bolsa de Estudantes Colaboradores IPVC.

7.2.3 Estruturas e medidas de aconselhamento sobre as possibilidades de financiamento e emprego

A UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Ativa do IPVC, em articulação com a OTIC, presta aconselhamento ao nível do financiamento a projetos de investimento e à criação do autoemprego durante e após a conclusão da formação. O empreendedorismo é efetivamente uma das capacitações que se pretende incutir aos estudantes, nomeadamente através de concursos de ideias (ex. Poliempreende, *Star Up Program*). O IPVC possui ainda uma bolsa de emprego *on line* e usa as redes sociais onde são publicitadas ofertas de emprego ao público em geral e aos estudantes do IPVC em particular. Através dos Serviços de Ação Social os estudantes candidatam-se a bolsas de estudo que são concedidas com base nas regras definidas pela tutela para o efeito. Paralelamente, o IPVC criou a Bolsa de Colaboradores Bolseiros, iniciativa que visa proporcionar aos estudantes a realização de atividades profissionais pagas, em tempo parcial na instituição, em condições apropriadas ao desenvolvimento simultâneo da sua atividade académica.

7.2.4 Utilização dos resultados de inquéritos de satisfação dos estudantes na melhoria do processo ensino/aprendizagem

Semestralmente é promovido o Inquérito de Avaliação da Satisfação da Qualidade de Ensino. Neste instrumento de auscultação, os estudantes são convidados a pronunciar-se sobre questões relacionadas com a escola, o curso, funcionamento das UC's, ECTS e desempenho dos docentes. Deste processo resulta um relatório que é distribuído pelas Escolas e analisado no Conselho Pedagógico e onde se podem aferir os resultados com base nos quais são definidas medidas de melhoria do processo de ensino/aprendizagem. São ainda consideradas as reclamações e sugestões apresentadas pelos Estudantes no âmbito do CE e serviços de apoio. Complementarmente é realizado um inquérito anual aos utilizadores das bibliotecas. A informação resultante do processo de auscultação dos estudantes é analisada no âmbito do Relatório Anual de Curso e nos órgãos e comissões de curso.

No entanto, tem-se registado uma baixa adesão dos estudantes (14,3%), correspondente a 3 estudantes, no preenchimento destes instrumentos de avaliação *online* pelo que, e já anteriormente referido, não foi feito o tratamento dessa informação. Contudo, nas reuniões da Comissão de Curso e no final do ano, a delegada de turma fez essa avaliação sobre os aspetos estruturais, organizacionais, de oportunidades/experiências, sustentada na opinião geral do grupo de estudantes. O reduzido nº de experiências para o desenvolvimento de competências foi o aspeto negativo mais salientado pelas estudantes, sendo que este facto deve-se, em grande parte, à baixa de natalidade, que se verifica atualmente. Neste sentido, e para dar resposta ao cumprimento da Diretiva nº

80/155/CEE de 21 de Janeiro de 1980, os estudantes optaram pelo ENP com vista ao aumento do nº de experiências e, consequentemente, ao desenvolvimento de competências profissionais.

7.2.5 Estruturas e medidas para promover a mobilidade, incluindo o reconhecimento mútuo de créditos

O Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional e o Gabinete de Estudos e Educação para o Desenvolvimento do IPVC funcionam, atualmente, com diversos programas (ERASMUS Mobilidade, ERASMUS Mundus, Leonardo da Vinci, Comenius, EILC e projetos de cooperação com os PALOP), a vários níveis e em vários âmbitos, promovendo a dimensão internacional nos estudos e o fomento da mobilidade dos estudantes, docentes e não docentes no ensino superior. Os dados de mobilidade são apresentados em 9.3 - Internacionalização.

Este serviço é transversal a toda a instituição e serve todos os CE. Como instrumento para a equivalência de créditos é celebrado um plano de equivalência (*learning agreement*) que define o plano de estudos a frequentar em mobilidade para o estudante, nacional ou estrangeiro. Outras competências obtidas pelo estudante em mobilidade, para além do plano de estudos definido, são objeto de reconhecimento de créditos através do Suplemento ao Diploma.

Neste ano letivo duas estudantes fizeram mobilidade por Erasmus, sendo que uma estudante realizou o Estágio de Saúde Materna e Obstetrícia II no CHIUM – Gran Canária e a outra estudante realizou o ENP em parceria com Haute École de Santé Vaud (HESAV) na Suíça.

Foram reconhecidos os ECTS e as avaliações foram convertidas para a escala de avaliação nacional utilizada nesta ESS, considerando a avaliação obtida na instituição de acolhimento.

Relativamente à estudante que desenvolveu o ENP, considerando o regulamento em vigor, foi efetuado o reconhecimento dos ECTS com base na informação da instituição acolhedora e a avaliação decorreu das provas públicas para a obtenção do grau de mestre (discussão do relatório de estágio).

7.2.6 Adequação do conteúdo das informações divulgadas ao exterior sobre a instituição, o ciclo de estudos e o ensino ministrado.

O CE é divulgado através do Portal do IPVC, de newsletters, redes sociais e brochura, salientando os objetivos do curso, o plano de estudos.

Para além destas formas de divulgação o IPVC organiza, anualmente, a Mostra de cursos onde a ESS tem participação ativa e fomenta, ainda, esta divulgação a partir de seminários e outros eventos científicos.

Com vista a dar a conhecer o curso e a sua produção científica, a CC dinamizou o Congresso Internacional de Saúde Sexual e Reprodutiva: *da Formação aos desafios da Intervenção em Saúde Sexual e Reprodutiva*, em maio de 2014, onde para além da discussão do estado do conhecimento e da arte em Saúde Sexual e Reprodutiva, para o qual forma convidados peritos da prática clinica e da academia, os estudantes procederam à apresentação dos resultados dos projetos que se encontravam a desenvolver na UC de Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio Natureza Profissional. Foi, também, publicado o e-book (livro de resumos): Graça, Luís Carlos Carvalho; Torre, Maria Augusta Delgado (organizadores). *Congresso Internacional de Saúde Sexual e Reprodutiva: Da Formação*

aos Desafios da Intervenção em Saúde Sexual e Reprodutiva – livro de resumos. Viana do Castelo: Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. 2014. ISBN 978-989-99106-0-7.

8. PROCESSOS (Formação)

8.1 Objetivos de aprendizagem

O Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia visa que os estudantes atinjam um alto nível de conhecimentos e competências para a fundamentação das suas práticas em enfermagem especializada e para a construção progressiva do perfil profissional do enfermeiro especialista de saúde materna e obstetrícia, caracterizado pela exigência técnica, científica e humana, colocada nos processos de tomada de decisão nas diferentes situações da prática clínica em cuidados de saúde primários, em cuidados de saúde hospitalares ou em outros contextos comunitários (ex: Educação), onde prevalece a promoção e educação para a saúde, a prevenção do risco e o tratamento em Saúde Sexual e Reprodutiva.

Os objetivos gerais do ciclo de estudo processa-se nos termos do enunciado no ponto 2.1.12 e, em articulação com estes, são definidos os objetivos/competências a ser desenvolvidos por cada UC e plasmados em cada um dos respetivos programas, sendo a sua monitorização e divulgação efetuada através dos Relatórios das UC e dos Relatórios Anuais de Curso.

Na plataforma e no *dossier* pedagógico) constam 100% dos programas, incluindo as estratégias de avaliação. Acresce, ainda, referir que os relatórios das UC's se encontram arquivados no dossier pedagógico. Os programas das UC`s, a definição das estratégias de avaliação negociadas com estudantes e adequadas à avaliação dos objetivos que se delinearam para cada UC, assim como, os sumários são disponibilizados na plataforma *moodle*, seguindo o preconizado na Circular ESS-D-3/2010.

As metodologias de ensino-aprendizagem desenvolvidas no CMESMO revestem-se de natureza diversificada, em congruência com a natureza das UC's. A análise/apreciação dos programas tem em conta o alinhamento entre competências, objetivos, conteúdos programáticos, metodologias de ensino/aprendizagem, estratégias de avaliação e bibliografia recomendada que fundamenta o parecer da Comissão de Curso do CMESMO e a aprovação pela Comissão Técnico-Científica.

Todas as unidades curriculares do CE deram resposta aos objetivos das mesmas e utilizaram metodologias de ensino por forma a facilitarem a participação dos estudantes em atividades técnico-científicas.

8.2 Verificação de que a carga média de trabalho necessário aos estudantes corresponde ao estimado em ECTS

Relativamente à carga média de trabalho necessário aos estudantes, quer em horas presenciais, quer em trabalho autónomo encontra-se ajustada ao desenvolvimento dos objetivos/competências para cada uma das UC's, deste ano letivo.

Importa referir que, apesar desta coerência, os estudantes, eventualmente, não conseguem, no estágio SMO II, atingir o nº de experiências necessárias para o cumprimento da Diretiva n.º 2005/36/CEE de 7 de setembro, do Parlamento e Conselho das Comunidades Europeias, transpostas para o ordenamento jurídico português pelo Decreto-Lei n.º 322/87 de 28 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 15/92 de 4 de fevereiro e pela Lei n.º 9/2009 de 4 de

março (relativos ao reconhecimento mútuo do título de parteira e à formação profissional do EESMO). Caso se constate esta situação, a Escola procura criar condições de prolongamento do referido estágio ou o estudante confronta-se com a necessidade de optar pelo Estágio de Natureza Profissional.

8.3 Periocidade da Revisão curricular

Tratando-se do primeiro Curso não houve revisão curricular, tendo em consideração as orientações de que nos cursos do 2º ciclo a periodicidade é de 2 em 2 anos. No entanto, face às avaliações efetuadas ao longo do curso, considera-se pertinente proceder a alterações do plano, nomeadamente, no que se refere à duração e nº de ECTS do Estágio de Saúde Materna e Obstetrícia II e da Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio de Natureza Profissional, com base nas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 115/2013 de 7 de Agosto.

9. RESULTADOS ACADÉMICOS

O curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia tem a duração de 2 anos letivos, constituindo-se a fase final, a discussão pública da Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio de Natureza Profissional. Os dados que se apresentam referem-se a estudantes que à data da realização do relatório já tinham efetuada a discussão pública, havendo outros estudantes que aguardam a marcação de provas e outros que adiaram a entrega do relatório, como referido no ponto 9.1. Duas estudantes não completaram o CE, tendo terminado a componente curricular que correspondente ao nº de ECTS necessários para a obtenção do Diploma de Especialização.

Quadro 11 - Distribuição dos Diplomados por Ano Letivo

Enfermagem	2012/2013
N.º diplomados	3
N.º diplomados em N anos	3
N.º diplomados em N +1 anos	0
N.º diplomados N+2 anos	0
N.º diplomados em mais de N+2 anos	0

9.1 Sucesso Escolar

Relativamente à UC - Estágio de Saúde Materna e Obstetrícia II, todos os estudantes (21) tiveram aproveitamento. Destes vinte e um estudantes, catorze obtiveram aproveitamento por frequência (14) e os restantes 7 estudantes por creditação. A nota média foi de dezasseis (16) valores, sendo a nota mínima de 13 valores e máxima de 18 valores.

No que se refere à UC - Dissertação/Trabalho de Projeto/ Estágio de Natureza Profissional, dos vinte e um estudantes, 19 apresentaram o projeto com proposta de orientador para aprovação da CTC (após ouvida a Comissão Mista Científico-Pedagógica do consórcio) e as outras 2 estudantes interrompem os seus estudos.

Das 19 estudantes e até à data de entrega deste relatório, 3 estudantes concluíram o curso prestando provas públicas; 5 estudantes entregaram a Dissertação ou o Relatório de Estágio de Natureza Profissional, aguardando marcação de provas públicas; e as restantes 11 estudantes realizaram o pedido de prolongaram do tempo de entrega com previsão até dezembro do presente ano.

9.2 Empregabilidade

Considerando os critérios para a atribuição do título de Enfermeiro Especialista pela Ordem dos Enfermeiros (exigência de 2 anos de exercício profissional antes de iniciar o curso), os estudantes que frequentam estes cursos são habitualmente profissionais.

No que se refere ao presente curso, dos estudantes que o frequentaram, sete já são especialistas, exercendo atividade profissional na área da especialidade. Os restantes 12 são enfermeiros, exercendo a profissão como enfermeiros de cuidados gerais, havendo a perspetiva de exercerem a profissão com a categoria de enfermeiros no domínio da área da especialidade.

9.3 Internacionalização

O programa de mobilidade Erasmus *outcoming* foi realizado por duas estudantes, sendo que para uma ocorreu no CHIUM – Gran Canária e, para outra, na Haute École de Santé Vaud (HESAV), na Suíça.

Observou-se ainda a internacionalização com uma estudante no Hospital do Salnés- Pontevedra.

Quadro 12 – Internacionalizações na ESS

Nível de Internacionalização no Ciclo de Estudos	2012/2013
Percentagem de alunos estrangeiros (diferenciar alunos estrangeiros, com inscrição regular, dos alunos Erasmus Incomig)	0%
Percentagem de alunos em programas internacionais (Erasmus *outcoming*)	10,5%
Percentagem de docentes estrangeiros	0%
Percentagem de docentes em programas internacionais (diferenciar Erasmus *out-coming* de outros programas que docentes do CE tenham ido efetuar no estrangeiro)	0%
Número de pessoal não docente em programas internacionais (diferenciar Erasmus staff outcoming de outros programas que pessoal não docentes do CE tenham ido efetuar no estrangeiro)	0%

10. ANÁLISE SWOT DO CICLO DE ESTUDOS

Quadro 13 - Análise SWOT do Ciclo de Estudos

Item do CE	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Constrangimentos
Missão e Objetivos	▪ Visibilidade e credibilidade da Instituição no âmbito da formação de enfermeiros, assente numa articulação com os contextos de trabalho e na existência de parcerias nacionais e internacionais; ▪ Produção/divulgação científica em conferências nacionais e internacionais (docentes e alunos) e publicações em livro de resumos; ▪ Procura do curso por candidatos estrangeiros; ▪ Curso em consórcio; ▪ Conferir grau de Mestre e diploma de Especialização; ▪ Aumento de recursos qualificados na área de enfermagem de saúde materna e obstetrícia, na comunidade e nos locais onde os estudantes desenvolvem a atividade profissional; ▪ Promoção da Implementação de projetos nas instituições de saúde resultantes da efetiva articulação entre os projetos formativos dos estudantes e os projetos das instituições, com particular enfoque na área da prestação de cuidados de qualidade; ▪ Continuidade de formação conferente de grau de estudantes que realizaram a pós graduação em SMO (CPLEESMO); ▪ Formação estruturada com base na Diretiva nº 89/594/CEE de 30 de Outubro, e que foram transpostos para o ordenamento jurídico interno pelo Decreto-lei nº 322/87 de 28 de Agosto e pelo Decreto-lei nº15/92 de 4 de Fevereiro; ▪ Realização de congresso internacional de Saúde Sexual e Reprodutiva; ▪ Publicação de livro de resu-	▪ Inexistência de uma Unidade de Investigação na área, embora vários docentes integrem UI externas; ▪ Inexistência de estruturas de apoio para a tradução de artigos para publicação em revistas internacionais; ▪ Diminuição de número de candidatos. ▪ Plano de estudos que necessita de revisão.	▪ Assegurar o direito de acessibilidade a cuidados de qualidade; ▪ Empregabilidade internacional; ▪ Inexistência desta formação pós graduada em SMO na região de influência da ESS; ▪ Proximidade geográfica à Galiza, face à procura desta formação por enfermeiros Espanhóis;	▪ Políticas de dotação de recursos humanos nas unidades prestadoras de cuidados; ▪ Políticas de dispensa de serviço, por parte das instituições prestadoras de cuidados, que dificultem aos estudantes maior frequência presencial das atividades letivas; ▪ Diminuição da taxa de natalidade com consequência na maior dificuldade em assegurar o nº de experiências preconizadas na diretiva.

	mos do Congresso, com registo ISBN;\ ▪ Internacionalização do Congresso, com convite a conferencistas internacionais. ▪ Conformidade entre os processos formativos e o preconizado pelo SGGQ do IPVC;			
Recursos materiais e parcerias	▪ Adequabilidade dos recursos materiais /Equipamentos às necessidades do curso; ▪ Existência de protocolos com as instituições onde se desenvolvem cuidados de saúde/enfermagem; ▪ Existência de parcerias nacionais e internacionais para a mobilização de estudantes; ▪ Espaços disponíveis suficientes (laboratórios, sala de estudo); ▪ Envolvimento e participação dos parceiros onde os estudantes desenvolveram as práticas clínicas, no Congresso Internacional de Saúde Sexual e Reprodutiva.		▪ Existência de programas de mobilidade nacional e internacional.	▪ Necessidade de recurso a locais de praticas clinicas fora da área da ESS e/ou dos locais de trabalho dos mestrandos, tornando-se mais exigente em termos económicos e de tempo de deslocação. ▪ Diminuição do nº de "vagas" disponibilizadas para a realização de Estágios nos contextos clínicos.
Pessoal docente e não docente	▪ Corpo docente com o dinamismo, motivação e empenhamento em contribuir para o desenvolvimento da profissão e o envolvimento em projetos de I&D e de prestação de serviços; ▪ A DSD foi baseada numa visão global do curso, compatibilizando as qualificações/preferências dos docentes; ▪ O pessoal não docente é adequado às necessidades do ciclo de estudos; ▪ Discussão científica alargada entre os docentes da Escola e os das escolas do consórcio sobre os programas das UC's ▪ Existência de secretariado de apoio aos cursos; ▪ Todos os estudantes tiveram orientação em estágios com tutores com especialidade em SMO; ▪ Envolvimento de co-orientadores externos na concretização das Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio de Natureza Profissional; ▪ Mobilidade entre professores das escolas do consórcio.	▪ Não adesão dos docentes a programas de mobilidade; ▪ Diminuição dos docentes da área de especialidade, em tempo integral, por aposentações, sem substituição com idêntico regime de trabalho. ▪ Sobrecarga crescente de trabalho docente, não sendo contabilizado na DSD atividades de gestão ou orientação de alunos, nomeadamente na UC de Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio de Natureza Profissional.	▪ Aumento dos enfermeiros qualificados na área da enfermagem de SMO.	

Estudantes	▪ Envolvimento crescente da comunidade educativa na vida da escolar; ▪ Elevada taxa de sucesso escolar; ▪ Divulgação científica pelos estudantes, dos trabalhos realizados em contexto académico, na Conferência Internacional de Saúde Sexual e Reprodutiva; ▪ Envolvimento na concretização do congresso internacional de Saúde sexual e reprodutiva; ▪ Promoção da multiculturalidade com a frequência do curso por estudantes estrangeiros e pela mobilidade internacional. ▪ Obtenção de grau de mestre e do título de especialista em SMO;	▪ A adesão dos estudantes à avaliação *online* abaixo de desejável; ▪ Deficiente domínio da língua portuguesa pelos estudantes estrangeiros; ▪ Baixa taxa de estudantes com entrega de relatório final sem necessidade de prolongamento. ▪ Deficiente domínio da escrita científica, com implicações na elaboração do relatório final.	•Perspetivar novos desenvolvimentos integrados nas diferentes dimensões da vida designadamente a nível profissional; •Desenvolvimento de projetos pelos estudantes, enraizados nas necessidades pessoais, profissionais e identificadas nos contextos de trabalho, a que poderão dar continuidade.	• Dificuldades de ajustamento de horários de estágios com os horários de atividade laboral do estudante; • Pouco tempo disponível para trabalho autónomo decorrente da dificuldade de conciliação da atividade laboral e da atividade letiva presencial;
Processos	• Forte contribuição de todos os órgãos e todo o pessoal docente e não docente para um funcionamento da Instituição com qualidade; • Articulação entre C. Curso, Conselho Pedagógico, Direção, e Comissão Mista Científico-Pedagógica das escolas do consórcio, aspeto que tem contribuído para o sucesso da conformidade entre os processos formativos e o preconizado pelos mesmos no SGGQ; • Reconhecimento expresso pelas instituições parceiras e pelos estudantes relativamente á organização e gestão pedagógica; • Corpo docente com experiências anteriores na área de lecionação; • Existência de secretariado de apoio aos cursos. • Novo complexo com mais recursos para simulação; • Biblioteca com mais recursos informáticos para pesquisa; • Participação ativa dos estudantes no processo formativo	▪ Duração reduzida do estágio em sala de partos para dar cumprimento aos requisitos exigidos na diretiva para obtenção do título de especialista a conferir pela OE.	• Oportunidade para a definição de linhas de investigação no âmbito do curso em articulação com as instituições. • Qualidade dos contextos onde se realizam as práticas clinicas; • Colaboração das instituições de saúde, dos enfermeiros chefes e dos enfermeiros tutores, na concretização do processo formativo dos estudantes; • Enfermeiros tutores da área da especialidade;	▪ A dotação de recursos humanos nos serviços de saúde, limita a disponibilidade destes profissionais para o acompanhamento e orientação dos estudantes; ▪ Menor número de vagas disponibilizadas nos contextos clínicos para a realização de estágios.
-Resultados Académicos	▪ Elevada taxa de sucesso escolar; ▪ Projetos de investigação levados a cabo no âmbito do	▪ Atraso na entrega dos relatórios finais da Dissertação/Trabalho de	Divulgação científica nos contextos da prática de cuidados e em eventos cien-	

	CE; ▪ Trabalhos realizados pelos estudantes com potencial contributo para o desenvolvimento dos contextos de prestação de cuidados especializados de unidades de saúde/serviços sociais.	Projeto/Estágio de Natureza Profissional.	tíficos nacionais e internacionais.	

11. PROPOSTA DE AÇÕES DE MELHORIA PARA O CE

Globalmente, o curso desenvolveu-se de forma muito positiva. Este facto deve-se, em grande medida, ao envolvimento ativo dos diversos atores, e da apropriação de uma cultura de melhoria contínua da qualidade, aliás bem patente e expressas ao longo deste relatório.

Quadro 14 – Proposta de ações de melhoria para o Ciclo de Estudos

Item	Ação	Prazo	Prioridade	Indicador	Fase implementação	Responsáveis /Intervenientes
Missão e objetivos	Divulgação do curso	Junho 2014	Alta	Nº de candidatos		ESS e IPVC
	Unidade de Investigação	Final do ano letivo 2014/15	Alta	Constituição da Unidade		ESS - AC Ciências da Saúde
	Propor alteração ao plano de estudos	Dezembro 2016	Alta	Plano de estudos alterado		Comissão de Curso, C. Mista Científico-Pedagógica e Instituições do consórcio
Recursos materiais e parcerias	Incentivo à utilização dos laboratórios de simulação, permitindo um maior investimento em novas dinâmicas, com recurso a estratégias de simulação em laboratório.	Final do ano letivo 2014/15 (em caso de abertura do curso)	Moderada	Número de atividades de simulação		Comissão de Curso/Docentes
	Aumentar protocolos com instituições parceiras (nacionais e internacionais)	Final do ano letivo 2014/15	Alta	Nº de novos protocolos		ESS
Pessoal docente e não docente	Aumentar em o nº de docentes em regime de trabalho em tempo integral, da área de especialidade, a fim de colmatar necessidades verificadas por aposentação de docentes.	Final do ano letivo 2014/15	Alta	Nº de novos docentes da área de especialidade a tempo integral		IPVC
	Promover a mobilidade internacional de docentes	Dezembro 2016	Moderada	Nº de docentes em mobilidade internacional		Docentes
Estudantes	Garantir espaço/tempo aos estudantes para concretizar a avaliação *online* com o objetivo de aumentar em 10% os alunos que efetuam a avaliação.	Final do ano letivo 2014/15 (em caso de abertura do curso)	Alta	nº de alunos que fizeram avaliação/nº de alunos do curso * 100		Comissão de Curso e gestores de processo
	Seminário de apoio à escrita científica	Final do ano letivo 2014/15 (em caso de abertura do curso)	Moderada	Nº de seminários realizados		Comissão de Curso e docentes
	Adaptar o horário escolar que facilite a presença nas sessões letivas	Final das aulas teóricas do próximo curso	Alta	Aumentar em 20% o nº de presenças nas sessões letivas		Órgãos da Escola e docentes

Processos	Ajustar os protocolos com as Instituições parceiras e alargamento a novas Instituições, de forma a garantir condições para o desenvolvimento do CE, nomeadamente em relação às práticas clinicas.	Final do ano letivo 2014/15	Moderada	Nº de protocolos ajustados ou de novos protocolos; nº de alunos que fizeram estágio nas instituições com protocolo/alunos do curso *100		Direção da ESS
	Supervisão Clinica – Formar para a Qualidade. Implementação do projeto.	Final do ano letivo 2014/15	Alta	Nº de tutores e gestores que efetuaram a formação		Grupo de trabalho (docentes)
Resultados Académicos	Motivar estudantes e orientadores para a importância da entrega dos relatórios nos prazos estimados	Final do ano letivo 2014/15 (em caso de abertura do curso)	Moderada	Nº de relatórios entregues no tempo estimado		Coordenação de Curso

12. ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES DE MELHORIA APRESENTADAS NO RELATÓRIO CURSO 2011/2012

Quadro 15 - Acompanhamento de ações de melhoria apresentadas no Relatório Curso 2011/2012

Item	Ação	Prazo	Priori-dade	Indicador	Fase implementação	Responsá-veis/ Intervenientes
Missão e objetivos	Criação de espaços/tempo para apresentação dos trabalhos finais desenvolvi-dos pelos estudantes ao longo do curso em eventos científicos.			Realizada confe-rência internacional; Publicação de livro de resumos.		Comunidade escolar
	Divulgação do curso com vista à captação de públi-cos internacionais			Foi efetuada a divulgação através da página da ESS-IPVC. Observou-se candidaturas de estudantes estran-geiros.		ESS - IPVC
Recursos materiais e parcerias	Necessidade de maior investimento em novas dinâmicas, com recurso a estratégias de simulação em laboratório.			Utilizadas aulas de treino com recurso a modelos.		Docentes
	Formação dos tutores em supervisão.			Realizados 2 mo-mentos de forma-ção.		
Pessoal docente e não docente	Aumentar a mobilidade dos docentes do consórcio.			Foi efetuada mobili-dade.		Docentes
Estudantes	Aumentar a adesão dos estudantes à avaliação *online* através da platafor-ma e implicação da delega-da de turma			nº de alunos que realizaram avalia-ção online /nº de alunos do curso * 100		Docentes
	Adaptar o horário escolar que facilite a presença nas sessões letivas			Aumentar em 20% o nº de presenças nas sessões letivas	A efetuar no próximo curso	Órgãos da Escola e docentes
Processos	Necessidade de ajustar os protocolos com as Institui-ções parceiras e alarga-mento a novas Instituições para possibilitar maior nº de vagas nos contextos clíni-cos na área de abrangência da escola			Nº de novos e/ou reajuste de protoco-los		Direção, e Coord. Curso
Resultados académicos	Continuidade e ajuste das estratégias implementadas, no sentido do garante da manutenção do sucesso escolar.			nº de alunos que concluíram o cur-so/nº de alunos do curso * 100		Coord. Curso e docentes

Legenda:

	Realizado
	Em curso
	Por realizar
	Planeado

Anexos

Anexo I

Princípios Orientadores dos Estágios

ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE, INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO
CURSO DE MESTRADO EM ENFERMAGEM EM SAÚDE MATERNA E OBSTETRÍCIA

2012/2013

ESTÁGIO DE NATUREZA PROFISSIONAL
PRINCÍPIOS ORIENTADORES

NOTA INTRODUTÓRIA

O Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica (CMESMO) visa assegurar a aquisição de competência científica, técnica, humana e cultural nesta área específica de Enfermagem.

O curso promove o aprofundamento da capacidade de conceber cuidados de enfermagem especializados, refletindo sobre a natureza própria do domínio da enfermagem em geral especializada, por forma a que o Enfermeiro Especialista desenvolva progressivamente uma prática de cuidados cada vez mais proficiente, desenvolva de forma continuada as suas competências para proceder a uma supervisão clínica eficaz e para otimizar as relações com os utentes no sentido da máxima obtenção de ganhos em saúde sensíveis aos cuidados de enfermagem.

Especificamente a Unidade Curricular de **Estágio de Natureza Profissional,** está orientado para uma intervenção no âmbito do exercício profissional na área da Enfermagem de Especialidade em Saúde Materna e Obstétrica e Ginecologia em contexto real, que faculte a transição identitária profissional e pessoal do estudante, nos domínios da prestação de cuidados, da formação, da gestão e da investigação. Constitui-se como um espaço-tempo de excelência que permita ao estudante completar e aprofundar competências desenvolvidas nos estágios de ESMO I e II ou desenvolver outras que surjam como oportunidade no contexto/instituição/país (Diretiva nº 80/155/CEE de 21 de Janeiro, alterada pela Diretiva nº 89/594/CEE de 30 de Outubro, transpostas para o ordenamento jurídico interno pelo Decreto-lei nº 322/87 de 28 de Agosto e pelo Decreto-lei nº 15/92 de 4 de Fevereiro), tendo que se caracterizar pelo rigor exigência técnica, científica, e relacional e pela procura sistemática do mais elevado padrão de qualidade dos cuidados. A intervenção terá que ser fundamentada em teorias de enfermagem como referencial para a prática assistencial.

2. ASPETOS ORGANIZATIVOS

O Estágio de Natureza Profissional decorrerá de 20 de maio de 2013 a 15 de fevereiro de 2014, em diferentes contextos de práticas de cuidados de acordo com os objetivos e atividades definidas pelo estudante, tendo em conta:

- as competências específicas do Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica e Ginecológica descritas pela Ordem dos Enfermeiros (2010);
- o seu projeto individual
- as necessidades e recursos das unidades de cuidados;

O horário a realizar é aproximadamente de 31 horas semanais a gerir junto o respetiva enfermeira tutora e em função dos horários dos serviços/instituições, sob conhecimento da orientadora e/ou co orientadora.

O limite de faltas é de 15 % da carga horária.

3. METODOLOGIA

O Estágio de Natureza Profissional visa o aprimoramento e elevação das competências alcançadas no Curso de Especialização (DL nº 74/2006 de 24 de Março, alterado pelo DL n.º 107/2008 de 25 de Junho), das competências definidas pela Ordem dos Enfermeiros, das exigências da Diretiva nº 80/155/CEE de 21 de Janeiro alterada pela Diretiva nº 89/594/CEE de 30 de Outubro, transpostas para o ordenamento jurídico interno pelo Decreto-lei nº 322/87 de 28 de Agosto e pelo Decreto-lei nº 15/92 de 4 de Fevereiro de uma prática assistencial sustentada em referenciais teóricos de enfermagem e em referenciais da Ordem dos enfermeiros nomeadamente os padrões de qualidade dos cuidados de enfermagem.

Objetivos

Considerando os pressupostos anteriormente definidos pretende-se que o estudante demonstre:

- a integração de conhecimentos na área da Saúde Materna e Obstetrícia e Ginecologia/Saúde Sexual e Reprodutiva ao lidar com situações de grande complexidade e em contextos alargados e multidisciplinares, desenvolvendo soluções ou emitindo juízos, incluindo reflexões sobre as implicações e responsabilidades éticas e sociais que resultem dessas soluções e desses juízos ou os condicionem;
- comunicar de forma eficiente as suas conclusões, e os conhecimentos e raciocínios a eles subjacentes, quer a especialistas, quer a não especialistas;

- aprendizagem ao longo da vida, de um modo fundamentalmente auto-orientado ou autónomo, promotoras de valorização profissional, da melhoria da prática da enfermagem especializada, da investigação, da formação continua e da gestão.
- procura permanente da excelência no exercício profissional perseguindo os mais elevados níveis de satisfação do cliente; ajudando-o a alcançar o máximo potencial de saúde; prevenindo complicações para a saúde; diagnosticando as suas necessidades em cuidados; implementando, em parceria com o cliente, as intervenções apropriadas para a promoção do autocuidado, promoção do autocontrolo e mestria no exercício do papel parental, e contribuindo para a máxima efetividade na organização dos cuidados de enfermagem especializados.
- Sustentação da prática clinica em referenciais teóricos de Enfermagem;
- capacidade de divulgação do conhecimento publicando um artigo e/ou uma comunicação oral/poster.

Pretende-se, ainda, que a estudante assuma ativamente o seu percurso de aprendizagem (trans)formativo, criando condições para o reconhecimento por si de competências chegado ao final do estágio, como ator/a e autor/a do mesmo.
Reconhecesse-se o valor da cooperação e apoio dos profissionais no acolhimento das estudantes, salientando-se o reconhecimento dos saberes das enfermeiras tutoras, favorecedores do desenvolvimento da aprendizagem no âmbito da enfermagem especializada em saúde materna, obstetrícia e ginecologia. Considerando, ainda, o seu envolvimento numa atitude de efetiva parceria com a Escola, inscrita no protocolo interinstitucional.

4. AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem é contínua, tendo em conta os objetivos definidos e as atividades desenvolvidas pelo estudante.
A orientação tutorial possibilitará acompanhar o desenvolvimento do trabalho.
Haverá momentos de avaliação formativa durante o Estágio que se deverá ter em conta na apreciação do Relatório final.
A classificação obtida, resultado da discussão pública do Relatório constituirá a nota da unidade curricular.
O método de avaliação proposto permite o desenvolvimento de competências de apresentação, argumentação e divulgação do conhecimento.

A Professora regente do Estágio: Augusta Delgado

ANEXO II

Modelos, Modos e Modalidades de Formação

MODELOS, MODOS E MODALIDADES DE FORMAÇÃO

O que vai determinar se uma formação profissional se dá num sentido progressista, crítico - reflexivo ou conservador e tecnicista, em grande parte, é o modo de entender e fazer a educação, de como ela é trabalhada em sala de aula, espaço de interacção entre professores e alunos.

Sorsi & Bagnato, 1998[I].

NOTA INTRODUTÓRIA

As *Linhas orientadoras das políticas a prosseguir pela ESEnfVC* [II] no domínio do ensino enunciam um conjunto de pressupostos e objectivos que remetem para a inevitabilidade e urgência de reflectir os actuais modelos de formação e desenhar as mudanças que mais se adequem aos desafios duma realidade social complexa e ao desenvolvimento da profissão de Enfermagem. Esses pressupostos e objectivos já estavam contemplados na *Carta de Princípios Interinstitucional* firmada entre a ESEnfVC e as instituições de saúde do distrito, em 1998. Aí se refere que

> ..."a articulação entre formação e contextos de trabalho é, hoje, uma questão central na formação de enfermeiros (...) que advém da revalorização do potencial formativo das situações de trabalho. Esta constatação aliada à de que docentes e enfermeiros da prática detêm saberes e competências que, embora diferentes são complementares, sugerem novas formas de (re)pensar e agir no campo da formação em enfermagem ; a formação de enfermeiros não é só da responsabilidade da Escola pois formar pressupõe considerar o objecto da disciplina de enfermagem que urge explicitar pelos seus agentes - os enfermeiros."

O produto da análise que agora se promove deve reflectir-se na actualização dos "Princípios de distribuição do serviço docente" e, consequentemente, nos futuros planos de distribuição de serviço docente, a partir do próximo ano lectivo 2000-2001.

As práticas pedagógicas dominantes na ESEnfVC têm-se revelado desadequadas e sê-lo-ão cada vez mais, a manter-se as lógicas em que se sustentam. Entre outros, os aspectos que mais têm sido referidos nas discussões sobre esta matéria estão relacionados com as seguintes lógicas:

- Desde o primeiro momento, a formação inicial dos alunos de enfermagem deveria estar enformada duma perspectiva holística e de contextualização das práticas o que conduziu à desvalorização crescente das aulas práticas e ao treino em laboratório e à utilização quase exclusiva do treino de procedimentos e técnicas básicas no contexto dessas práticas profissionais em hospital ou centro de saúde. Nesta perspectiva, sobrevalorizou-se a dimensão da aquisição de competências sobre a aquisição de habilidades ou capacidades. Mais ainda, alterou-se o sentido desenvolvimentista simples → complexo, habilidades/capacidades → competências.

- As necessidades de aumentar o número de enfermeiros, as alterações recentes no ensino e a consequente exigência de cursos de complemento de formação, têm colocado a Escola perante o imperativo de dar uma resposta adequada, aumentando o número de alunos em formação. Em consequência, a estratégia que foi incrementada e que hoje se revela insustentável foi o recurso à contratação de auxiliares pedagógicos [III] e a exigência de preenchimento dos lugares vagos do Quadro de pessoal docente a curto prazo. E se é verdade que para formar mais enfermeiros são necessários mais formadores, a resposta não foi orientada no sentido de saber que tipo de formadores mas sim no sentido de reproduzir, em pequena escala, a figura do docente na pessoa do auxiliar de ensino encarregado de trabalhos.

Por outro lado, tem-se gerado um mal-estar crescente no seio do corpo docente que se vê impotente para cumprir outras funções como sejam a investigação e intervenção na comunidade, num momento em que se toma consciência que urge mudar de estratégia face à integração na estrutura do ensino superior politécnico e ao próprio estatuto de docente do ensino superior.

Face e este quadro, as respostas têm de ser encontradas num registo de mudança e inovação dos próprios modelos de formação, à luz de novas concepções que se revelem as mais consentâneas com um pensamento moderno e capaz de favorecer a construção de enfermeiros com elevado sentido da profissionalidade e cidadania.

ORIENTAÇÕES PARA O MODELO DE FORMAÇÃO INICIAL DE ENFERMEIROS

O curso de licenciatura em Enfermagem visa *assegurar a formação científica, técnica , humana e cultural para a prestação e gestão de cuidados de enfermagem gerais à pessoa ao longo do ciclo vital, à família, grupos e comunidade, nos diferentes níveis de prevenção e a*

formação necessária à participação na gestão dos serviços, unidades ou estabelecimentos de saúde, à participação na formação de enfermeiros e outros profissionais de saúde e ao desenvolvimento da prática de investigação [IV]. Para dar uma resposta adequada e de qualidade a estes objectivos é, pois, fundamental que se pensem e dinamizem novos rumos nos processos e percursos de formação.

Neste sentido é necessário dar substância aos princípios enunciados na *Carta de Princípios Interinstitucional* e nas *Linhas orientadoras das políticas a prosseguir pela ESEnfVC* traduzindo-os em medidas concretas ao nível da concepção, construção e desenvolvimento curricular, das modalidades formativas e da própria avaliação de alunos.

O plano de estudos do curso de licenciatura em Enfermagem deve ser entendido como um *projecto* formativo que, enquanto tal, deve admitir uma dimensão de *imprevisibilidade* que emerge da situação complexa em que se desenvolve: ao frequentar o curso, o aluno continua o seu processo de desenvolvimento pessoal em referência a uma história de vida singular, à sua circunstância existencial e a um projecto de vida que, em grande medida, se organiza em torno da sua opção profissional; este processo pessoal evolui em interacção com formadores - docentes e enfermeiros- que, também eles, estão em processo de formação, com um projecto, uma história e uma circunstância de vida. A complexidade desta interacção aumenta quando se consideram os contextos diversificados em que se verifica, isto é, o contexto Escola, o contexto Serviços de Saúde e mesmo outros macro-contextos (social e cultural) e os projectos de desenvolvimento dessas organizações (escola e serviços de saúde) e da própria comunidade (Fig. 1).

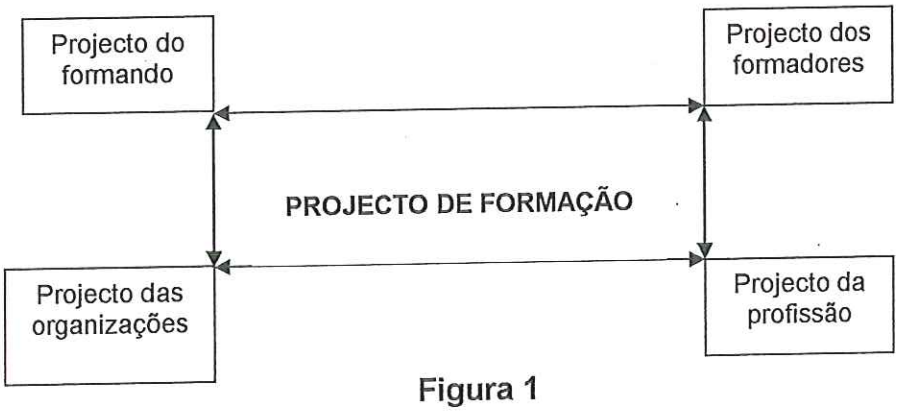

Figura 1

Assim, o plano de estudos, respeitando uma matriz universal, deve ser desenvolvido em consideração aos indivíduos enquanto objectos, sujeitos e agentes na formação, na perspectiva apresentada por M. Lesne [V]. Na consideração de que os modos pedagógicos que resultam desta concepção não são sequenciais mas que podem surgir em simultâneo com expressões diferenciadas ao longo do curso, surgem várias dimensões a considerar:

a) a imprevisibilidade e a necessidade de ajustamento permanente e a rejeição de planificações estereotipadas e inflexíveis;

b) a diversidade de actores implicados no processo: o docente como *gestor pedagógico* e que, em situações de ensino clínico ou estágio pode desempenhar funções de *supervisão da aprendizagem* enquanto *vê o que se passou antes, o que se passa durante e o que se passará depois, ou seja de quem entra no processo para o compreender por fora e por dentro*[VI]; o enfermeiro, que assume dois papeis principais: *o enfermeiro de referência* enquanto prestador de cuidados e que tem uma participação directa e activa na aprendizagem dos alunos que o observam, ajudam ou substituem. A intervenção deste enfermeiro de referência tem por unidade de tempo o turno de trabalho; *o enfermeiro tutor* que assume o papel de enfermeiro de referência enquanto prestador de cuidados e, sobretudo, de supervisor da formação porque está numa relação mais próxima do gestor pedagógico e a sua intervenção tem por unidade de tempo o período de duração do ensino clínico ou estágio.

O desenvolvimento curricular que se apoie nesta dinâmica cria, por certo, zonas e momentos de insegurança, hesitação e resistência à mudança mas permite, por outro lado, que o aluno se desenvolva e que o papel dos vários actores seja mais visível. Neste projecto de formação procurar-se-á conciliar o desejável - o ideal profissional - com o necessário - pedidos sociais em cuidados de enfermagem - no cumprimento dos objectivos do curso, das políticas de ensino e saúde e de outras orientações resultantes das orientações definidas pela Organização Mundial de Saúde e pela comunidade europeia em que nos inserimos.

Num curso com a duração de quatro anos - tempo com um significado extraordinário que se inicia numa fase final da adolescência e coincide com o início da vida adulta - é necessário não perder de vista o curso enquanto totalidade mas, de igual modo, clarificar a forma como se deve desenvolver com expressão nas práticas e estratégias da formação. Passaremos a apresentar alguns enunciados que sobressaem nesta orientação.

O processo de formação deve ser no sentido do simples para o complexo, do desenvolvimento progressivo do conhecimento, das habilidades/capacidades e competências sendo que estas se constituem no produto finalizante dum processo. As competências apenas se exprimem quando o aluno sabe *mobilizar*, em tempo oportuno, as capacidades ou conhecimentos que adquiriu, sabe aplicá-las quando necessário e no momento apropriado, sabe organizar, seleccionar e *integrar* o que pode ser útil na actividade profissional e sabe *transferir* ou adaptar para além de ser um bom executor [VII]. A estrutura do curso de licenciatura está de acordo com esta orientação na medida em que a evolução das aprendizagens tem a sequência *Ensino teórico (aulas teóricas, teórico-práticas e práticas)* → *Ensino Clínico* → *Estágios*, sequência que, sublinhe-se, deve conter o sentido da circularidade, ter um caracter recursivo ou de retroalimentação permanente e, por consequência rejeitar a exclusividade do sentido teoria → prática, conhecer → aplicar, ainda dominante nas nossas práticas. É nesta perspectiva que continua a fazer sentido a existência de *seminários* para análise e reflexão das práticas numa perspectiva de integração, mobilização e transferência de saberes anteriormente adquiridos e numa perspectiva da produção de novos saberes.

O conhecimento é indispensável mas também é preciso que os alunos o saibam organizar e, para além disso, aprendam a criar *disposições* , a *estar atentos ao que os rodeia*, a *ter sentido profissional*, a intervir, (re)criar, motivar-(se), a questionar as situações, os actores e os contextos. É por isso que, para nós, a construção dos *curricula* e dos programas das unidades curriculares não pode ser feita na lógica de inventários exaustivos mas em torno de questões estruturantes, daquilo que está na génese da profissão, do que a fundamenta e sustenta, daquilo que é necessário para a exercer com rigor, cientificidade e eficácia e capaz de desenvolver no aluno uma postura de reflexibilidade critica e de permanente análise das suas práticas. Ao seleccionar criteriosamente os conteúdos programáticos criam-se mais espaços para ser possível dar resposta às necessidades de formação que emergem durante o processo formativo, melhorando a performance nas capacidades que se vão adquirindo. Noutro sentido, esta posição traduz o reconhecimento do processo formativo ao longo da vida e a não desqualificação de outros momentos formativos igualmente importantes. Em suma, a formação não se esgota nos espaços formais nem no segmento da formação inicial.

Permitindo que o aluno se assuma como *objecto - sujeito - agente* da formação, desenvolve-se nele o sentido da coexistência da auto-formação (consigo), da hetero-formação

(pelos outros), da co-formação (com os outros) e da eco-formação (com o meio) e a aceitação da multiplicidade de modos pedagógicos: transmissivo (objecto), incitativo de orientação pessoal (sujeito) e apropriativo de inserção social (agente), segundo Lesne.

Os objectivos e as estratégias de avaliação têm que ser coerentes com as modalidades de formação enunciadas e não podem estar impregnados duma lógica essencialista e estática, como um fim em si. Formar-(se) é um processo pessoal e o aluno não pode ter o ónus da classificação. Instrumentos de avaliação exaustivamente quantitativos são inconciliáveis com a necessária articulação dos modos pedagógicos que referimos.

Então, o desenvolvimento curricular (4 anos) deve possuir uma lógica que contempla as ideias atrás expostas (Fig.2).

No primeiro ano, o ensino teórico feito através das aulas práticas deve realizar-se predominantemente em laboratório permitindo contudo os primeiros contactos com os contextos de trabalho e a observação das práticas profissionais relacionadas com instrumentos básicos da Enfermagem, com ênfase nos princípios da comunicação humana e da educação para a saúde.

Nos segundo e terceiro anos, continuando a insistir no treino de habilidades e desenvolvimento de capacidades, a formação realiza-se já em contexto real ao nível do ensino clínico. Finalmente, no quarto ano, com a introdução da figura Estágio, o aluno tem a possibilidade de desenvolver competências genéricas e transversais para a prestação de cuidados de enfermagem gerais à pessoa ao longo do ciclo vital, à família, grupos e comunidades, nos diferente níveis de prevenção bem como participar na formação dos profissionais de saúde e na gestão dos serviços e unidades de saúde.

A análise das práticas e a orientação para a acção pode fazer-se tendo como referência o modelo desenvolvido por Lesne, sobretudo para realçar que os pontos de partida, as lógicas de trabalho pedagógico, as relações com o saber, os agentes que intervêm no processo e os efeitos sociais que se pretendem vão evoluindo do modo transmissivo para os modos incitativo e apropriativo.

<table>
<tr><th>1º ANO →</th><th>2º ANO → 3º ANO →</th><th>4º ANO</th></tr>
<tr>
<td>ENSINO TEÓRICO
· Aulas teóricas
· Aulas teórico-práticas
· Aulas práticas
↓
Em laboratório
↑↓
Em contexto (serv. saúde)
↕
DESENVOLVIMENTO DE
CAPACIDADES
HABILIDADES:
Cognitivas (1)
Técnico-instrumentais (2)
Sócio-relacional (3)
ao nível dos procedimentos básicos de Enfermagem
↕</td>
<td>ENSINO TEÓRICO
· Aulas teóricas
· Aulas teórico-práticas
· Aulas práticas
ENSINO CLÍNICO
CSP / CSD
DESENVOLVIMENTO DE
CAPACIDADES
HABILIDADES
3
(1, 2 e 3)
Ao nível da prática de enfermagem em áreas específicas de intervenção aos três níveis de prevenção
↕</td>
<td>ENSINO TEÓRICO
· Aulas teóricas
· Aulas teórico-práticas
· Aulas práticas
(INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO)
ESTÁGIOS
DESENVOLVIMENTO DE
COMPETÊNCIAS GENÉRICAS
E TRANSVERSAIS PARA:
· prestação de cuidados de enfermagem gerais;
· participar na formação dos profissionais de saúde
· participar na gestão dos serviços e das unidades de saúde
↕</td>
</tr>
<tr>
<td>Práticas
MTP1 +++
MTP2 ++
MTP3 +</td>
<td>MTP1 ++
MTP2 +++
MTP3 +</td>
<td>MTP1 +
MTP2 ++
MTP3 +++</td>
</tr>
<tr>
<td>PAPEIS
Formando Objecto/Sujeito
Actores
Docente T - +++
T-P - +++
Plab - +++
Pser - ++ (40%) [VIII]
Enfermeiro T - +
T-P - +
Plab - +
Pserv - +++ (60%)</td>
<td>PAPEIS
Formando Objecto/Sujeito/Agente
Docente T - +++
E Clín - ++ (30%)
↓
Análise das práticas
Enfermeiro T - +
E Clín - +++ (70%)</td>
<td>PAPEIS
Formando Sujeito/Agente
Docente T - +++
Estágio - + (20%)
Enfermeiro T - +
Estágio - +++ (80%)</td>
</tr>
</table>

Fig. 2

Esta concepção da formação faz sobressair:

- A necessidade de dar novo fôlego aos protocolos celebrados com as instituições de parceria, na perspectiva duma partilha e implicação efectivas pois os enfermeiros manifestam cada vez mais competências para se assumirem como protagonistas nos processos de formação;
- A necessidade duma concepção e gestão de horários mais simplificada;
- A necessidade de gerir as cargas horárias das unidades de forma a contemplar uma percentagem que não se realize em sala de aula, possibilitando assim que o aluno desenvolva outras estratégias que melhor se adequem ao seu processo de aprendizagem.

Aprovado na reunião de 11 de Julho de 2000

NOTAS

I - Cf SORDI, M.R.L; BAGNATO, M.H.S (1998). Subsídios para uma formação profissional crítico-reflexiva na área da saúde: o desafio da virada do século. Revista latino am.enfermagem, 6(2), p. 83-88.

II - Aprovado em reunião do Conselho Científico em 08.02.2000.

III - O número de auxiliares no ano lectivo 97-98 foi de 12; em 98-99 foi de 15 e no presente ano lectivo é de 28 (correspondendo a 32 contratos de trabalho) o que em termos económicos se traduziu num aumento de custos de 3;8 para 23,3 milhões de escudos)

IV - Cf. o DL 353/99, de 3 de Setembro.

V - Cf. LESNE, M. *Trabalho pedagógico e formação de adultos.*

VI - Cf. ALARCÂO, Isabel; TAVARES J. *Supervisão da prática pedagógica. Uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem*, p. 47.

VII - Cf. LE BOTERF, Guy. Modelos de aprendizagem em alternância na comunidade: cinco desafios a enfrentar, in FORMAR, nº. 10, 1994, p. 41-42.

VIII - As percentagens assinaladas pretendem representar a preponderância de intervenção de docentes e enfermeiros na orientação de alunos ao longo do curso.